

Centura em Espanha contra burocracia

O GOVERNO ESPANHOL iniciou medidas para reduzir a burocracia...

Nova estrutura dos departamentos econômicos

OS DEPARTAMENTOS ECONÓMICOS foram reorganizados...

Crédito cancelado

OS CANCELADOS são empréstimos espanhóis do Banco Europeu...

Jacinto Nuñez

NUÑEZ deve apresentar seu relatório...

Portugal compra à URSS mais do que vende

OS COMÉRCIOS PORTUGUESES com a União Soviética...

OS COMÉRCIOS PORTUGUESES com a União Soviética...

PPD em Conselho Nacional

OS MEMBROS DO CONSELHO NACIONAL foram reunidos...

Saída do comandante da Escola Naval

OS COMANDANTES DA ESCOLA NAVAL foram reunidos...

Rosa Coutinho com Vasco Gonçalves na Cimeira da NATO

OS MEMBROS DA COMISSÃO DE DEFESA foram reunidos...

OS MEMBROS DA COMISSÃO DE DEFESA foram reunidos...

Assim vai a imprensa diária: 350 000 contos de dívidas ao Estado

OS DIÁRIOS PORTUGUESES têm dívidas ao Estado...

Cuba

OS DIÁRIOS PORTUGUESES têm dívidas ao Estado...

DIRETOR: FRANCISCO PRATO SALEMÃO

Desanuviamiento permite encontro Soares-Mitterrand

OS ENCONTROS ENTRE SOARES E MITTERAND foram realizados...

Comissão estuda saneamento na RTP

A COMISSÃO DE SANEAMENTO DA RTP está a estudar...

A COMISSÃO DE SANEAMENTO DA RTP está a estudar...

Correia Jesuino ao EXPRESSO: "A informação tem de acompanhar o redimensionamento geopolítico do país"

O MINISTRO DA DEFESA, CORREIA JESUINO, afirmou...

Correia Jesuino ao EXPRESSO: "A informação tem de acompanhar o redimensionamento geopolítico do país"

O MINISTRO DA DEFESA, CORREIA JESUINO, afirmou...

O MINISTRO DA DEFESA, CORREIA JESUINO, afirmou...

O MINISTRO DA DEFESA, CORREIA JESUINO, afirmou...

OS ENCONTROS ENTRE SOARES E MITTERAND foram realizados...

A COMISSÃO DE SANEAMENTO DA RTP está a estudar...

A COMISSÃO DE SANEAMENTO DA RTP está a estudar...

O MINISTRO DA DEFESA, CORREIA JESUINO, afirmou...

Correia Jesuino ao EXPRESSO: "A informação tem de acompanhar o redimensionamento geopolítico do país"

O MINISTRO DA DEFESA, CORREIA JESUINO, afirmou...

Correia Jesuino ao EXPRESSO: "A informação tem de acompanhar o redimensionamento geopolítico do país"

O MINISTRO DA DEFESA, CORREIA JESUINO, afirmou...

O MINISTRO DA DEFESA, CORREIA JESUINO, afirmou...

O MINISTRO DA DEFESA, CORREIA JESUINO, afirmou...



Correia Jesuino ao EXPRESSO: "A informação tem de acompanhar o redimensionamento geopolítico do país"

O MINISTRO DA DEFESA, CORREIA JESUINO, afirmou...

O MINISTRO DA DEFESA, CORREIA JESUINO, afirmou...

O MINISTRO DA DEFESA, CORREIA JESUINO, afirmou...

TISSONIC um relógio electrónico TISSOT TISSOT o relógio que conquistou o mundo inteiro

# 24 horas em notícia

## Censura em Espanha contra bascos

O GOVERNO ESPANHOL declarou «matéria reservada» todas as notícias visando «a ordem pública» no País Basco. Esta medida significa o restabelecimento da censura prévia à imprensa, desde que sejam tratadas matérias como prisões, passagens à clandestinidade e torturas sobre simpatizantes dos movimentos autonomistas bascos. Recorde-se que a imprensa do país vizinho tem noticiado as detenções de pessoas na região Norte da Espanha (ver neste EXPRESSO mais noticiário, na página 8).

## Nova estrutura dos departamentos económicos

ENCONTRA-SE em adiantada fase de elaboração um projecto de decreto-lei que altera substancialmente a estrutura dos departamentos governativos para o sector económico. A nova estrutura tenderá a aproximar-se da orgânica vigente em alguns países da Europa de Leste.

## Crédito cancelado

FOI CANCELADO um importante empréstimo do Export-Import Bank a uma instituição financeira estadual portuguesa. Não são conhecidas as razões justificativas deste cancelamento.

## Jacinto Nunes

SEGUNDO fontes geralmente bem informadas, Manuel Jacinto Nunes, governador do Banco de Portugal, encontrar-se-á demissionário, sendo o facto atribuído a discordâncias de relevo acerca de medidas de política monetária.

## Portugal compra à URSS mais do que vende

QUER NO PROGRAMA «Responder ao País», desta semana na RTP em que participou Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, quer na conferência de imprensa do secretariado nacional do PS, a propósito do caso «República», se falou na balança comercial Portugal-URSS, não sendo apontados números. Soares, baseado nos jornalistas de RTP inclinou-se para que a União Soviética lucrava mais com Portugal que Portugal com a União Soviética. Cunhal deu a entender o contrário, sem contudo se haver pronunciado explicitamente.

EXPRESSO contactou com o Instituto Nacional de Estatística para obter os números que lhe foram dados relativamente a Janeiro e Março de 1975, números estes sem carácter oficial, como é evidente, pois ainda não foram publicados.

Podemos informar assim que nesses dois meses Portugal comprou à URSS mercadorias no valor de 183 645 contos e vendeu mercadorias no valor de 94 707 contos.

## PPD em Conselho Nacional

REUNE-SE, hoje, sob a presidência de Francisco Sá Carneiro, o Conselho Nacional do PPD. Temas essenciais da ordem de trabalhos são a situação do Secretário-Geral e a convocação de um Congresso Nacional. Entretanto, às 15 horas, realiza-se uma concentração de militantes junto da sede nacional. Amadri, pelas 10 horas, reúne-se o Grupo Parlamentar do Partido, que apreciará os projectos de Regimento e de Constituição, e elegerá o candidato do Partido a vice-presidente da Constituinte (falando-se de Emílio Guerreiro ou Artur Santos Silva, *vide análise* na pág. 3).

## Saída do comandante da Escola Naval

FEDIU A PASSAGEM à reserva o comandante da Escola Naval, Comodoro Eduardo da Silva Gameiro. Ainda não foi substituído.

## Rosa Coutinho com Vasco Gonçalves na Cimeira da NATO

ROSA COUTINHO acompanhará o primeiro-ministro Vasco Gonçalves na sua deslocação a Bruxelas para a Cimeira dos Chefes de Estado e de governo dos países da NATO, partindo de Portugal no próximo dia 27. Vasco Gonçalves far-se-á acompanhar pelo seu secretário e pela mulher e filha seguindo também na comitiva o comandante Duarte Lima do gabinete de Rosa Coutinho.

Foram já vários os intervenientes na Cimeira que partiram a Vasco Gonçalves para serem recebidos contando-se entre eles o President Gerald Ford, o primeiro-ministro canadiano P. Trudeau e o primeiro-ministro luxemburguês.

Por sua vez, Vasco Gonçalves apenas pediu para ser recebido pelo primeiro-ministro belga, Tindemans.

Regressa hoje a Portugal o almirante Pinheiro de Azevedo que tomou parte em diversas reuniões ligadas à NATO e participou no exercício THABEX. Tendo-se demorado quase 15 dias fora do país, Pinheiro de Azevedo afirmou repetidas vezes e categoricamente que Portugal permanecerá na NATO.

Durante estas reuniões os EUA testaram forçar relações especiais da NATO com a Espanha e a África do Sul, embora sem êxito, devido sobretudo à forte intransigência da Holanda e dos países nórdicos. A posição de Portugal foi de relativo silêncio em virtude, segundo se comentava das especiais relações com a Espanha.

JESUÍNO, *Correia*

## Correia Jesuíno ao EXPRESSO: "A informação tem de acompanhar o redimensionamento geopolítico do país"

A SITUAÇÃO geral da Informação no País e as conotações que dela transparecem, ao nível do económico e do político, reveste-se de particular importância para o processo revolucionário que se vive em Portugal. O caso do jornal «República», actualmente percorrendo a via judicial em busca de uma solução que lhe retire os selos da porta, não é senão a parte emergente de um verdadeiro «iceberg» que abaixo da linha de flutuação esconde matéria muito mais volumosa e porventura mais importante para a compreensão da caminhada aberta pelo bafo democrático que mal cumpriu o primeiro aniversário.

Noutro local tratamos do caso «República» com maior desenvolvimento e melhor método, mas não quisemos deixar passar a oportunidade, que entendemos valiosa, para uma troca de impressões com o ministro da Comunicação Social, comandante Correia Jesuíno, que sobre as matérias directamente sob a sua alçada se pronunciou.

Pelo EXPRESSO, Vítor Dimas conduziu a entrevista que versou três aspectos relacionados com o mesmo principal tema: a recente visita do Ministro aos Estados Unidos, a problemática geral da Informação e a sua inserção no processo revolucionário português, o agudizar de tensões que se entrecrocaram nos órgãos de informação e que deles

transbordam, submergindo às vezes o direito que o leitor ingenuamente possui de ser informado, com verdade e intenção.

A primeira questão posta ao comandante Correia Jesuíno pretendeu avaliar dos resultados concretos da deslocação que a delegação portuguesa efectuou há pouco aos Estados Unidos.

**CORREIA JESUÍNO** — Do ponto de vista de resultados concretos, devo dizer-lhe que não vim muito optimista com a viagem que efectuámos aos EUA. Considero que fui recebido com extrema amabilidade, que me foram concedidas muitas facilidades nos contactos com órgãos de informação, meios universitários e conselhades portuguesas, também com escolas de formação de jornalistas. Na minha qualidade de porta-voz do Governo português e de elemento do MFA, pretendia clarificar o processo da revolução portuguesa, antecipar as interpretações mezes correctas que por vezes eram publicadas nos órgãos de informação americanos e fiquei com a sensação de que a reserva ainda é muito grande, que se verifica um certo objectivismo da parte de entidades oficiais e dos próprios órgãos de informação.

**EXPRESSO** — E até hostilidade?

**CORREIA JESUÍNO** — Sim, num caso que não vale a pena concretizar, relativo a um jornal.

Na maioria das vezes houve muita simpatia e interesse, mas resiou-nos a sensação de não ter conseguido remover a desconfiança levantada pelo processo português. A grande oportunidade foi-me dada com o convite para falar no programa de televisão «Today show» da NBC, que é visto por milhões de pessoas, rigorosamente cronometrado e no meu caso durouse 12 minutos, no decorrer do qual me foi perguntado, muito objectivamente e sem qualquer espécie de preparação, como decorre o processo político em Portugal, se a CIA tem intervindo — respondemos que não há qualquer evidência de uma intervenção — e também se havia colaboração entre a CIA e a PIDE. Confirmei que havia efectivamente ligações, que estilo documentadas e não só com a CIA, mas também com outras policas secretas europeias. Outras perguntas eram porque razão as eleições não se reflectiram imediatamente numa remodelação governamental, qual o objectivo fundamental das eleições, o que é que vai fazer a assembleia constituinte e o que é que vai passar-se depois. A estas perguntas concisas respondia também concisamente, e é de salientar o tom favorável à nossa presença que caracterizou o diálogo, sem tónicas de acusação e desconfiança transparecendo nas perguntas.

Houve também um convite inesperado para visitar as instalações da CIA e ser recebido pelo general Walters, o número dois da Agência. Durante a visita foi-nos explicado o funcionamento dos departamentos em termos simples, que nada adiantaram aquilo que qualquer cidadão conhece por ser do domínio público, nada de secreto nem de importante. Fizeram-nos perguntas semelhantes às formuladas pelos órgãos de informação e depois asseguraram-nos, pelas palavras do próprio Walters que a CIA não tem qualquer intenção de interferir em Portugal, afirmação várias vezes reiterada e que nós transmitimos à assembleia do MFA.

**EXPRESSO** — E quanto ao contacto com os núcleos de emigrantes portugueses?

**CORREIA JESUÍNO** — Encontrámos mais acolhimento, sobretudo por parte da comunidade portuguesa de Newark, muito perto de Nova Iorque, com ambiente de franca hostilidade, mas de qualquer forma realizámos reuniões. Creio que a hostilidade não era pessoal, mas dirigida ao membro do governo e ao MFA. A reunião em Newark foi difícil e pontuada por vaias provenientes de elementos que interrompiam o diálogo frequentes vezes. Depois, e já no fim, anoúo o aspecto paradoxal desse comportamento porque muitos desses indivíduos

vieram no fim cumprimentar-me e referir a minha qualidade de marinheiro em termos emocionalmente exuberantes, pedindo-me para transmitir «abraços à rapaziada». O clima passou à relação emotivo português-português. Por outro lado, na região de S. Francisco da Califórnia, mais propriamente S. José, verificou-se um acolhimento extremamente caloroso. Mas não sou demasiado optimista e não vou dizer-lhe que a comunidade de S. José seja muito politizada, onde o 25 de Abril tivesse chegado e contrastando com as outras. O que acontece é que as circunstâncias conjunturais e a manipulação externa assumam aspectos diferentes: há factores de convivência na região oriental decorrentes das relações com colónias de refugiados cubanos que tem um horror visceral ao regime de Fidel Castro, e de comunidades italianas por sua vez pouco esclarecidas politicamente.

Em compensação, contactei com meios intelectuais, universitários, os chamados elementos radicais da sociedade americana, onde encontrei um perfeito

conhecimento do caso português, um rigor de informação e de análise que me surpreendeu. O balanço geral da visita parece-me que foi positivo no que se refere ao esforço que fizemos para clarificar posições e nas impressões que trouxemos, quer dizer, numa panorâmica geral mantenho que a deslocação foi realmente útil mas não permite de modo algum o assumir de uma posição triunfalista, ou que possamos considerá-la como um êxito extraordinário capaz de modificar a opinião pública dos Estados Unidos. Essa intenção de triunfalismo não está, aliás, no espírito do próprio MFA para jogar com posições que não correspondem à realidade.

**EXPRESSO** — O sr. Ministro referiu há pouco a manipulação externa como importante factor de desconfiança dos núcleos de emigrantes perante a revolução portuguesa. Pode especificar melhor a referência?

**CORREIA JESUÍNO** — Manipulação externa talvez seja uma expressão exagerada. O que queria significar é que a influência intangível de fortes correntes anti-

Continua pág. 4

Correia Jesuino ao EXPRESSO sobre o "caso" República:

# "A posição do M.C.S. foi a única possível"

(Continuação da pág. 1)

comunistas se faz sentir. Da mesma maneira, talvez não pudéssemos usar o termo «mafia» na sua conotação habitual em todo um conjunto de circunstâncias em que a deformação da opinião tem um papel de relevo no ambiente. Depois há também uma identificação fácil e grosseira entre o MFA e o comunismo, que é a informação que predomina, embora saibamos que não corresponde à realidade. Por isso a tónica fundamental das acusações que o emigrante nos dirige é a de que, para além de se considerar abandonado e explorado longe da pátria, o seu país está a caminhar para o comunismo. Ele não quer isso de maneira nenhuma, sente-se como elemento que está a sustentar o País e como tal tem uma palavra a dizer, que não é a de ausência ao comunismo.

**EXPRESSO** — Existe portanto uma espécie de alergia à própria possibilidade de que o processo revolucionário português venha a assimilar soluções comunistas?

**CORREIA JESUINO** — Parece-nos que sim, porque a situação do emigrante português revela este aspecto curioso: é um elemento marginal da grande sociedade americana, mas normalmente estes indivíduos que mais reivindicam o privilégio de ascender aos benefícios do sistema, que ainda não observaram e com os quais sonham. Defendem portanto a posição do grande consumidor americano, de que não participam, através de um mecanismo psicológico semelhante ao que existiria por exemplo os protestos que o não-possuidor de automóvel levanta aos agravamentos das taxas que incidem sobre os automóveis. Ele, que não tem carro, será o que mais se insurge, reagido contra o que considera mais um obstáculo à concretização do seu sonho. Encontramos um anticomunismo mais radical por parte das comunidades portuguesas nos Estados Unidos do que por parte do próprio cidadão norte-americano.

Portanto, enquanto existirem essas condições específicas, será muito difícil ao Ministério da Comunicação Social e a dos Negócios Estrangeiros penetrar a barreira com que deparam as tentativas de informação objectiva que temos vindo a ensaiar. O que não significa que se ponham de parte os esforços nesse sentido. Há ainda outra via que tentámos seguir e que mencionamos claramente nos contactos com os emigrantes: eles podem não acreditar em palavras e naquilo que consideram mera propaganda (à maneira antiga), mas acreditarão com certeza nos factos que o processo português lhes coloca em frente dos olhos. Se verificarem que as suas casas não são ocupadas, que a legislação que está a ser feita protege os seus interesses, que as suas poupanças são respeitadas e podem fazer levantamentos quando muito bem entendem — enfim, factos e não palavras — é possível que eles comecem a acreditar mais no nosso processo, de que o exemplo da realização de eleições, que não supunham realizáveis, já pode servir de indicativo.

**EXPRESSO** — A política do MCS é portanto de apresentação de resultados objectivos, na sua presença junto dos emigrantes.

**CORREIA JESUINO** — Estamos a providenciar para que a informação que lhes chegue contemple mais o sector da legislação do que o aspecto discursivo, aceitando a posição de que é preferível um decreto-lei a um discurso.

## «República»: exploração política

**EXPRESSO** — Gostaria agora de pedir-lhe que se pronunciasse sobre aquilo a que poderemos chamar o «caso República», nos reflexos que está a ter sobre a informação e nas implicações políticas que reveste.

**CORREIA JESUINO** — Sobre o caso da «República», devo dizer-lhe que o MCS tem estado a ser muito atacado, mas já tivemos oportunidade de expor publicamente a nossa posição

e os próprios redactores do jornal afirmam que fizemos o que foi humanamente possível. O ministério não pode aplicar medidas administrativas e, para além da sua qualidade de medianeiro num conflito que não está perfeitamente esclarecido quanto a dever ser tratado por nós ou pelo Ministério do Trabalho, não poderia tomar posição diferente da que tomou. Houve uma exploração política do caso, sugerindo que o Ministério da Comunicação está conluído com os comunistas para calar a única voz independente deste País. Creio que é uma simplificação grosseira do processo, mas é assim que está a ser encarado e é assim que pode encontrá-lo na informação estrangeira:

o MCS aliado ao Partido Comunista toma cor e fecho a última voz independente. Acho lamentável esta interpretação e o aproveitamento partidário deste problema, da pior maneira possível, visto que o processo está a ser conduzido pelas vias legais. Introduzo aqui um parêntese para que interessa e o que as pessoas fazem, o que dizem e não o seu rotundo partidário. E não é por demagogia que volto a afirmar que as considerações que o Marcelo Rebelo de Sousa faz sobre a lei de imprensa e sobre a «República» têm o meu apoio; não me interessa que ele seja dirigente destacado do Partido Popular Democrático, pois noutra ocasião qualquer posso estar em frontal desacordo com a sua opinião. Creio que presta um bom serviço para o esclarecimento público com as aludidas considerações e digo-lhe mais: se elas viessem da pena de outro líder que apreciaria a análise feita pelo Dr. Marcelo Rebelo de Sousa, inseria no «Jornal Novos» e que eu não me importaria de subscrever no que concerne à lei de imprensa, já que os considerandos que apresenta eu próprio já os usava feito, ao lado do Presidente da República. Considero-a também uma lei de imprensa que está basicamente concebida para tempo de paz e não para «tempo de guerra», isto é para uma normalidade democrática em que os delitos de imprensa são de natureza semântica. O que a

lei não prevê são os conflitos dentro da própria estrutura empresarial e até conflitos ideológicos internos, situações conjunturais que nenhuma lei do mundo prevê. Pode até acontecer que depois dos tribunais se pronunciarem o problema possa voltar ao princípio, e nessa altura é provável que tenham de surgir medidas administrativas, mas não será o MCS a aplicá-las.

Não sei, inclusivamente, se não seria desejável fazer-se um reflexo sobre uma lei de imprensa que não prevê a participação dos trabalhadores não-jornalistas nos órgãos de decisão, o que inclusivamente acarretaria uma reflexão profunda dos órgãos de informação.

**EXPRESSO** — Parece-nos que o «caso da República» se inscreve num esquema mais geral, que a nível de informação interessa não só aos extractos políticos mas também ao público que conta com o direito de ser objectiva e livremente informado. A «República» é o despoletar de uma tensão que se tem vindo a acentuar e que tem muito que ver com as tentativas de dominação política da informação. Que pode referir neste contexto?

**CORREIA JESUINO** — Ao nível do político e também do económico. Tem-se dito que com a nacionalização da banca muitos jornais portugueses ficaram nacionalizados. É uma afirmação que eu próprio tenho feito mas que não me parece muito correcta. Os jornais não estão nacionalizados, o que está a acontecer aos que pertenciam a bancos e a grupos dependentes, é que estão em situação altamente deficitária, mas estão a funcionar exactamente como funcionavam antes. Logo, é necessário o aval do Estado para a sua sobrevivência. O governo prossegue uma política de pleno emprego, não considera os jornais como simples excessividades dessas empresas. Foi constituída uma comissão interministerial para estudar os problemas da imprensa e eu próprio sugeri que não fossem esquecidas várias situações que contribuem para o actual estado de coisas. A diminuição do ní-

mero de folhas, as situações de duplo emprego, os problemas de comercialização do papel, a importação de material gráfico de que não carecemos em absoluta necessidade, uma série de medidas conducentes à regressão de despesas. Mas não se pode dizer que a Imprensa está nacionalizada e que temos um conjunto de funcionários públicos a trabalhar nos jornais. Não é de forma alguma o caso.

Quanto ao aspecto político, há afirmações que carecem de ser fundamentadas para que se possa analisar posições. Tem sido feito um esforço tremendo, por parte do MCS, do Conselho de Revelação e do MFA para assegurar o apartidarismo nos órgãos de comunicação e ficou muito chocada quando nos acusam de não sermos capazes de levar por diante esse apartidarismo.

**EXPRESSO** — Uma das acusações concretas, liga o comunismo com o político. O Estado está a depender mensalmente milhares de contos para sustentar jornais, precisamente os que se identificam ao nível da opinião pública com a manipulação partidária da informação. Ainda que simplista, a lógica da situação pode acarretar o raciocínio de que, se não os partidos que dominam os jornais, que sejam os partidos políticos a pagar por isso e são o contribuinte. Qual é a posição oficial quanto a esta acusação?

**CORREIA JESUÍNO** — Resolvendo casos excepcionais, parece-me que tem havido um certo exagero nessa posição. Essas acusações não estão suficientemente substantiadas, gostaria de obter muito mais provas de que de facto essa manipulação existe. O MCS não abdica de um ponto de vista em que o jornalista, membro do Partido Comunista, por exemplo, com todo o envolvimento que há acerca da aludida manipulação dos órgãos de informação, já estaria muito menos à vontade para lhe dizer isto. O que interessa é pois o conteúdo e não as pessoas que fazem as considerações. Há portanto que analisar bem se não tem havido até uma exploração intencional, pretendendo fazer crer que a imprensa portuguesa está a ser no seu conjunto manipulada por determinado partido, que torna a situação suscitante. É muito mais quando não são produzidas provas.

Temos um Conselho de Imprensa, os tribunais funcionam, pois o que interessa é que sempre que haja uma prova cabal de manipulação, ela deve ser apresentada para se ter oportunidade de verificar se as instituições funcionam ou não.

**EXPRESSO** — No entanto e apesar da falta de solidez probatória, assiste-se a lutas partidárias pela hegemonia de posições que dominam politicamente jornais, rádio e televisão.

**CORREIA JESUÍNO** — Como lhe disse, a intenção é garantir o apartidarismo, mas não é fácil nem possível evitar infiltrações que possam condicionar a certos «decomandos». Isso envolve a própria posição dos profissionais da informação, por quem de resto tenho enorme consideração e de quem tenho sido acérrimo defensor. Antes do 25 de Abril, eram talvez as pessoas menos suspeitas de contatos fascistas; os jornais podiam ser pouco atraentes mas não eram nitidamente conluiados com o fascismo, exceptuando talvez a «Época» e o «Economia & Finanças». Havia profissionais que se habituaram a dizer as coisas nas entrelinhas, a escrever na obliqua — deve dizer-se também que o **EXPRESSO** foi o grande desbioqueador, o jornal de ponta que punha em causa o sistema. Os jornalistas formam uma classe progressista e de vanguarda, não sei se será muito fácil encontrar na imprensa pós-25 de Abril jornalistas a defenderem posições conservadoras. Vozes independentes e capazes de análise desassombrada é o que pretendemos, são perfeitamente possíveis e desejáveis.

## O futuro da Informação

**EXPRESSO** — Pensamos que a situação actual, que já é preocupante em termos de sobrevivência económica de vários jornais, dá margem para equacionar o problema do futuro da informação no nosso País. Como encara o MCS esse futuro?

**CORREIA JESUÍNO** — Pensamos que é válida a ideia da descentralização da informação, de modo a acompanhar o maior desenvolvimento do poder de decisão ao nível das autarquias locais e que decorre também dos planos de descentralização

de poder. Planeia-se, portanto, a descentralização informativa, de modo a cobrir com maior eficiência as regiões afastadas dos grandes centros urbanos e encara-se como viável a possibilidade de fusão de alguns jornais. Atinsale-se a propósito que há uma concentração exagerada de jornais em Lisboa e no Porto, prejudicial à diversificação da informação e que fechando-se sobre si mesma, não atinge as zonas situadas a escassas dezenas de quilómetros dessas cidades principais. Repare que há cinco jornais da tarde em Lisboa, além dos matutinos, mas três jornais da manhã no Porto, enquanto a província continua a sofrer o vácuo daí resultante e que nem é preenchido pelas folhas paroquiais. Essa concentração impede uma análise séria dos problemas da província, por falta de possibilidade de cobertura efectiva.

**EXPRESSO** — Supomos que a Comissão estará a estudar a viabilidade dessa descentralização, apoiando-se nos centros urbanos para daí irradiar até às localidades tecnicamente difíceis de atingir, mas que são contudo alcançáveis pelo rádio e televisão.

**CORREIA JESUÍNO** — Os meios de informação complementam-se mas não se excluem mutuamente. A televisão tem maior impacto visual e a rádio maior cobertura técnica até mesmo em termos de comodidade, porque atinge facilmente o automóvel em viagem e o trabalhador que leva o «transistor» na algebeira. Mas a notícia escrita é mais permanente, pois que além de ser melhor elaborada porque menos coloidal, permite uma análise mais demorada e é também melhor emendada e mais acreditada, de acordo com a pressuposição de que o que está escrito é sempre verdadeiro. É importante que o jornal chegue porque a mensagem escrita tem uma missão: o comprometimento, a fidelidade que se consegue em termos de veracidade. O texto e de esclarecimento em trocas de impressões, com amigos e evidentemente na comunicação directa com o leitor. Não estou muito de acordo com as modernas teorias que profetizam ter a Imprensa os dias contados, às quais se contrapõe sempre a possibilidade de reflexão que a transmissão oral ainda não destronou, com muito menores riscos de deturpação por «perda em linha» a que os outros meios são mais vulneráveis.

**EXPRESSO** — Poderíamos portanto antecipar alguns objetivos concretos a prosseguir no futuro da Informação?

**CORREIA JESUÍNO** — O processo liga-se estreitamente com a actuação do Ministério da Administração Interna, que tem a iniciativa da dinamização dos esquemas novos que integrarão a própria descentralização do poder regionalizado. Há que fazer o redimensionamento geopolítico do País e é óbvio que a informação terá que seguir a reboque desse processo, acompanhando-o de perto mas sem possibilidades de caminhar na sua frente. A descentralização abrangirá vários sectores, como o planeamento regional, a saúde, o ensino e outras figuras administrativas e sociais de que a informação será o reflexo e não o motor. Não creio que informação seja capaz de alterar de cento e oitenta graus um determinado processo e ainda que seja extraordinariamente importante, será reaccionária ou progressista consoante seja reaccionária ou progressista a realidade social que acompanha. E por verdade que a informação pode frenar ou acelerar uma determinada evolução, em razão directa do índice de colaboração que dispensa ao sistema vigente. Estamos precisamente ante a possibilidade de a informação procurar frenar um pouco a evolução, mas é verdade que se a dinâmica do processo revolucionário for suficientemente forte, a informação por si só não poderá alterá-la significativamente. Por aqui pode constatar que o ministro da Comunicação Social não empola demasiadamente o papel da informação...

**EXPRESSO** — Surge agora o enquadramento da acção da informação na estrutura social que acompanha. Quais são, portanto, as possibilidades de a influenciar em qualquer dos sentidos?

**CORREIA JESUÍNO** — As nossas tarefas passam fundamentalmente pelo direito de acesso às fontes de informação, de forma a que a objectividade dos elementos recolhidos permita ao jornalista informar com segurança e com verdade, mas não passa pela interferência ao nível do condicionamento ou da intervenção do tipo censura. Em resumo, a vontade de proporcionar a plena satisfação do direito de informar e ser informado. As nossas tarefas passam, portanto, pelo redimensionamento e regionalização da informação com salvaguarda absoluta das interferências no seu conteúdo.

**EXPRESSO** — Dada a situação de crise em vários jornais, por quanto tempo mais se poderá prolongar o apoio financeiro, traduzido pelos avales do Estado, às empresas em crise?

**CORREIA JESUÍNO** — Não sei bem, mas certamente por pouco tempo porque o nosso Ministro das Finanças não está já muito inclinado a subscrever esses apoios. É urgente tomar decisões e sanar a questão, pois até se pode chegar à conclusão que é menos dispendioso para o erário público pagar os salários aos trabalhadores dos jornais nessa situação, para não fazerem sair o jornal, o que seria frustrante porque toda a gente tem direito ao trabalho e se lhe pagarem para estar em casa torna-se um elemento pernicioso para a sociedade. É importante que as pessoas estejam ocupadas e participem na batalha da produção, daí que a situação tenha que ser resolvida com base nas medidas de austeridade que lhe referi e que vão desde a possibilidade de fusão de jornais à redução de publicações e do número de páginas.

## Cumprir a lei

**EXPRESSO** — Reportando-nos outra vez ao caso do jornal «Repúblicas», admite o senhor ministro a possibilidade de uma agitação no próprio governo, capaz de modificar a composição do gabinete ministerial?

**CORREIA JESUÍNO** — Não, não creio. Muitas vezes o governo é acusado de não cumprir as leis. Pois agora e neste caso, queremos cumprir as leis que foram feitas em colaboração com pessoas que estão no governo. Já fomos muito claros quanto ao assumir de posições, estamos convencidos que os trabalhadores não têm razão e que houve delito de imprensa por eles cometido, e portanto a solução só pode ser judicial. Não percebo como é que pode haver especulação à volta de uma possível crise de governo, pois o governo só está empenhado em fazer cumprir as leis.

**EXPRESSO** — O próprio ministro Mário Soares parece encaminhar-se para posições que tornarão difícil o ajustamento sem atritos dado o envolvimento e a dimensão que o caso já assumiu.

**CORREIA JESUÍNO** — Neste caso, será ele o responsável e não o governo, que não pode ser acusado de inoperância ou de não tentar resolver o caso pela aplicação da lei. Se houver crise governamental, não é com certeza o MFA que a provoca. Isso é perfeitamente claro.

ANTUNES, Melo; STOEL, Van der

# Melo Antunes e Van der Stoel em conferência de imprensa conjunta

DURANTE a digressão que esta semana efectuou por algumas capitais europeias, o ministro Melo Antunes encontrou-se em Bonn com o Presidente da República, Walter Scheel, o chanceler Helmut Schmidt, o ministro da Cooperação, Egon Bahr, com Willy Brandt, presidente do Partido Social-Democrata alemão. Melo antunes avistou-se também com o secretário de Estado norte-americano, Kissinger, entrevista esta que, segundo confirmou ac-

noso correspondente em Amsterdã, Mendes Carvalho, antecorrem, teve lugar por iniciativa do ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Genscher.

As visitas que Melo Antunes efectuou neste momento revestem-se de especial importância, não só pelas consequências que podem ter de imediato, como pela eventual repercussão na política portuguesa a longo prazo.

Tendo demorado dois dias na Holanda, Melo Antunes trabalhou

igualmente com o ministro holandês dos Negócios Estrangeiros, Van der Stoel, e antes de partir para Bruxelas deu em Haia, antecorrem, uma conferência de imprensa extraordinariamente concorrida, dado o interesse causado pelos recentes acontecimentos em Portugal. Nessa conferência de Imprensa tomaram igualmente parte o ministro holandês Van der Stoel e o embaixador da Holanda em Lisboa, De Waal.

## Relações com o Mercado Comum

«A minha primeira viagem oficial à Holanda — declarou o chefe da diplomacia portuguesa — como ministro dos Negócios Estrangeiros, teve como finalidade estudar os problemas políticos e os problemas de cooperação económica que interessam aos dois países, portanto no plano bilateral. Um outro aspecto das nossas conversações foi fazer um apa-

nhado das relações de Portugal a nível multilateral com o Mercado Comum. Voltando ao primeiro ponto, as discussões políticas tiveram lugar num ambiente de grande cordialidade e amizade, tendo sido apreciada a situação política portuguesa e o desenvolvimento das relações entre Portugal e a Europa no plano político.

Foi igualmente discutido o problema da integração de Portugal na NATO. Foram tratados ainda aspectos de cooperação económica que mereceram por parte do

Governo holandês a maior compreensão. Expliquei também a nossa política de descolonização e a situação actual em Moçambique

e Angola. Estes foram os temas gerais nas nossas conversações e posso considerar, interpretando o que a delegação portuguesa pensa,

e julgo que interpreto também a opinião dos nossos colegas holandeses, que se deram passos importantes nas relações entre os dois países.»

## Uma ditadura comunista

Concluída a exposição introdutória do ministro Melo Antunes, a Radiotelevisão holandesa N.O.S. desejou saber «se os acontecimentos ocorridos em Lisboa nos últimos dias poderão levar a uma ditadura comunista». Respondeu o ministro português: «Penso que a interpretação de que os acontecimentos podem conduzir a uma ditadura comunista corresponde a uma visão catastrófica que, de forma nenhuma,

corresponde à situação real em Portugal. A situação criada nos últimos dias em Portugal é um episódio de antagonismo entre Partidos políticos que tem, portanto, uma visão diferente do futuro de Portugal, mas é compreensível num país que saiu há pouco tempo de uma ditadura e que ensaia os primeiros passos na democracia. É natural que estas tensões existam e tu espero que haja uma boa compreensão por parte dos meios de informação, pelo menos relativamente a tais acontecimentos.»

Insistência da Televisão holandesa: «É certamente difícil

que nos possa dar uma visão de futuro, mas parece-lhe possível que as tensões entre comunistas e socialistas possam levar a uma guerra civil?»

Resposta: «Não, não creio. Como disse há pouco, essas confrontações entre comunistas e socialistas na situação concreta portuguesa são naturais, normais, num momento em que tentamos consolidar o processo democrático. Além disso, o MFA, sendo responsável pela garantia de uma evolução e de uma transição pacífica para a democracia, tudo fará para controlar a situação, dispostos dos meios necessários para tal.»



## Encontro com Kissinger

Pergunta do nosso correspondente: «O sr. ministro acaba de se encontrar em Bonn (a Ingressa diz, um tanto inesperadamente) com o dr. Kissinger. Qual das partes tomou a iniciativa do encontro?»

Melo Antunes: «Posso dizer-lhe que a iniciativa partiu do ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, o qual sugeriu a realização desse encontro, aproveitando a minha presença e a do dr. Kissinger na

capital da Alemanha Federal.»

EXPRESSO — É do conhecimento geral que o encontro entre o Presidente Costa Gomes, o Presidente Ford e o dr. Kissinger, em Outubro passado, decorreu num ambiente que os jornais classificaram de «glório». Em que ambiente decorreu o seu encontro agora?

Melo Antunes — Devo esclarecer, antes de mais nada, a interpretação que dá desse primeiro encontro, o qual se passou de forma amigável, se bem que o Governo americano tenha tido certa dificuldade em compreender

a situação criada em Portugal. O meu encontro com o dr. Kissinger foi muito positivo, pois tentei explicar em detalhe os problemas da evolução pacífica do processo democrático em Portugal. Posso dizer que o dr. Kissinger se mostrou extremamente atento e receptivo às minhas explicações.

EXPRESSO — Discutiram o problema da base das Lajes?

Melo Antunes — Não de forma específica. As bases dos Açores foram mencionadas, mas não tratámos detalhadamente deste problema.

## Solicitamos certos apoios

O jornal holandês «Algemeen Handelsblad», pós, a seguir, a seguinte questão: «Considerando a ausência de auxílio económico e

financeiro a Portugal e as conversações que o sr. ministro terá em Bruxelas, e as que teve agora com o ministro Van der Stoep, poderá dizer quais são as necessidades de Portugal neste momento?»

Resposta de Melo Antunes: «Sim. Falámos de forma geral

sobre os problemas económicos e solicitámos certos apoios, tanto económicos como financeiros e técnicos. O Governo holandês mostrou-se muito compreensivo e amigável, e cremos que dentro de algumas semanas poderemos concretizar certos aspectos que foram esboçados neste momento.»

O mesmo jornal: «É no que respeita ao Mercado Comum?»

Resposta: «Iremos dentro de dias discutir as possibilidades de aprofundar e intensificar os contactos entre Portugal e o Mercado Comum. Esperamos obter um apoio dos países membros da CEE, tal como já aconteceu com a Alemanha Federal e a Holanda.»

## O MFA não é um movimento monolítico

A agência noticiosa «Associated Press» perguntou depois: «Acerca da que acaba de acontecer com o jornal «República», e que muito nos preocupa a todos, o sr. ministro disse há pouco que o MFA impediria um confronto entre comunistas e socialistas. Mas é sabido que existem várias correntes e divergências dentro do MFA...»

Melo Antunes: «O MFA não é um movimento monolítico, o que em minha opinião é um factor

positivo e ao mesmo tempo um exemplo evidente da democracia dentro das Forças Armadas. Há várias tendências, mas existe uma vontade unânime de unidade fundamental e pensamento político e de acção prática. Por isso posso afirmar que o MFA, como principal responsável pelo processo político em Portugal, fará todo o possível por manter as promessas feitas, isto é, a construção de um Estado de direito, pluralista e, no que diz respeito às liberdades que para todos nós são preciosas, em particular a liberdade de expressão, posso dizer que o MFA fará tudo para garanti-las.»

## Ministro holandês fala sobre Portugal

O diário holandês «Volkskrant» perguntou, em seguida, ao ministro holandês Van der Stoep se ele próprio exprimiu ao ministro português as preocupações do Governo holandês sobre a situação em Portugal e, se as respostas dadas pelo ministro Melo Antunes foram satisfatórias. Por outro lado, gostaria que especificasse as promessas exactas feitas pela Holanda para o auxílio económico e financeiro a Portugal.

No que respecta ao último ponto — respondeu Van der Stoep — devo dizer que na realidade daremos auxílio a Portugal e assistência técnica, tal como anteriormente foi anunciado. Todavia, há necessidade de discutir concretamente dentro do nosso próprio Governo, o que neste

momento não é possível, dada a ausência do ministro da Cooperação e Desenvolvimento, Bronk, que se encontra do Surinam. Em relação à situação em Portugal neste momento, perguntei ao ministro Melo Antunes a sua visão sobre os acontecimentos e comunicou-me o nosso ponto de vista, aliás, bem conhecido, de que cada povo deve ter o direito de escolher o sistema que deseja e de viver em liberdade. O ministro deu-me a sua própria visão, exactamente a mesma que há pouco puderam ouvir.

O jornalista do «Volkskrant» insistiu: «Mas o sr. ministro não respondeu se a visão do ministro Melo Antunes o satisfaz.»

Van der Stoep: «Creio poder dizer que a situação neste momento em Portugal é fluida, e não saberia fazer quaisquer previsões. Contudo, devo afirmar que considero o meu colega Melo Antunes como um democrata convicto.»

## Melo Antunes duas vezes na Holanda

EXPRESSO, a Melo Antunes: Desde o fim de Abril, o sr. ministro visitou a Holanda duas vezes. Quais as razões que justificam semelhante frequência? Talvez as excelentes relações que existem entre o Governo Holandês e o MPLA?

Resposta: «Efectivamente, durante ambas as minhas visitas, falámos acerca da situação dos problemas em África e acerca da descolonização portuguesa, bem assim como sobre Angola. No que respecta a Angola, não discutimos particularmente o problema do MPLA, pois o MPLA é uma das forças políticas, um dos movimentos de libertação, no contexto angolano. Falámos dos problemas do MPLA, tal como falámos dos problemas da FNL e da UNITA.»

EXPRESSO: «No ano passado, o sr. ministro era considerado como um dos radicais do MFA. Actualmente, é considerado como

um moderado. Posso perguntar-lhe se partilha as opiniões políticas de homens como o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho ou o Almirante Rosa Coutinho?»

— Não necessariamente. Como já disse, antes, há no seio do MFA várias opiniões sobre os mesmos problemas políticos, o que considero salutar para a existência do MFA. Mas creio que é um pouco artificial tentar identificar-me com esta ou aquela pessoa dentro do MFA.

EXPRESSO: Álvaro Cunhal acaba de afirmar que um Governo militar em Portugal não significa uma ditadura militar. Como interpreta esta afirmação?

Melo Antunes: Como sabe encontro-me já desde há alguns dias fora de Portugal. Não tenho podido seguir de perto os últimos acontecimentos.

EXPRESSO, ainda: «Contudo, se se der a eventualidade de um novo Governo, conta manter a pasta dos Negócios Estrangeiros?»

Melo Antunes: Isso é algo que diz respeito ao MFA e ao primeiro-ministro e não a mim próprio.

## Atitude perante a NATO

A Televisão belga pôs, seguidamente, esta questão: Lemos por vezes nos jornais que Portugal prefere uma política de não-alinhamento. Pode esclarecer a sua atitude perante a NATO?

Melo Antunes: «Durante esta minha viagem tive oportunidade de afirmar por várias vezes que a intensificação das relações de Portugal com a Europa é muito importante para uma definição correcta da sua política de independência nacional. A nossa independência nacional depende de um reforço das nossas ligações com a Europa, no mesmo plano que cremos que devemos ser tão independentes quanto possível, evitando dentro do máximo, a influência das grandes potências. Por outro lado, a nossa linha de independência nacional exige um contacto muito estreito com o Terceiro Mundo, particularmente com os países africanos e sobretudo com as nossas antigas colónias. Neste contexto, dentro dessa bipolarização da nossa política externa, isto é, de um lado a Europa e do outro a África e os novos países independentes de expressão portuguesa, estamos certos de que Portugal poderá desempenhar um papel importante, dada a sua História e à sua vocação. Quer dizer: podemos desempenhar um papel muito importante no diálogo que, segundo penso, se deverá estabelecer num futuro muito próximo entre os países ricos e industrializados da Europa e os países africanos.

Lutamos para que seja estabelecido mundialmente uma nova ordem económica, uma nova partilha do Poder, um maior equilíbrio e uma nova solidariedade que se deve estabelecer no mundo entre os mais ricos e os mais pobres. cremos sinceramente que Portugal poderá contribuir para tal. E neste contexto, de que acabo de dar os traços principais, que se inscreve a nossa preocupação de manter Portugal dentro da NATO. Pensamos que a nossa posição será reforçada na Europa, dentro de uma Europa forte e unida, o que, aliás, muito nos interessa se continuarmos a manter contactos profundos com os nossos aliados europeus e um estatuto de membro de pleno direito dentro da NATO.»

A emissora holandesa A.V.R.O. dirigiu, depois, uma pergunta a Van der Stoep: Quanto tempo demorará ainda até que se saiba qual a assistência que o Governo holandês dará a Portugal?

Resposta: «Provavelmente, isso será decidido dentro de algumas semanas. No que respeita à forma de cooperação, falámos sobre as relações bilaterais, mas também sobre as relações entre Portugal e o Mercado Comum. O meu colega Melo Antunes informou-nos das necessidades do seu "país" neste particular. Nas próximas semanas vão descrever e necessárias conversações intensas entre ambos os Governos e com o Mercado Comum. A posição do Governo holandês é, como antes disse, similar à do Governo Oeste-alemão, podendo considerar-se como positiva e consciente de que Portugal se

encontra numa situação financeira difícil. Não podemos entrar em detalhes, mas isso acontecerá nas semanas próximas.»

A televisão holandesa N.O.S. voltou a interrogar o ministro Melo Antunes para saber: depois das nacionalizações, qual será a atitude futura de Portugal no que respeita às multinacionais?

Respondeu o ministro: «As nacionalizações foram medidas indispensáveis para o início de uma autêntica democratização da vida económica portuguesa. Pensamos que na situação concreta portuguesa é indispensável haver um sector público, estreitamente controlado pelo Estado, que domine as principais zonas e os principais pontos da vida económica portuguesa. Mas em nossa opinião, há um espaço suficientemente grande para o sector privado. Nesse sentido, já anunciei na Alemanha Federal a próxima publicação de um código de investimentos estrangeiros que facilitará o conhecimento, por parte dos investidores estrangeiros, sobre as regras que lhes serão aplicadas.»

A emissora holandesa A.V.R.O. quis saber se é verdade que o ministro holandês da cooperação irá a Portugal.

«Não — respondeu Van der Stoep. Não houve possibilidades de

discutir essa visita, dada a situação criada no Suriname, onde o ministro da Cooperação se encontra neste momento.»

Da estação de televisão holandesa ao ministro português: Será possível que o PCP adopte na conferência de Veneza uma atitude semelhante à do PC Jugoslavo?

Melo Antunes: «Sou um elemento do Comité Central do PCP porque responder a essa pergunta.»  
De novo o EXPRESSO: Há no MPA uma tendência chamada «de Terceiro Mundo». Pode dizer-nos alguma coisa sobre as negociações em curso neste momento com a Argélia, a Líbia, Cuba e a China?

«Aqui que lhe posso dizer e que possa interessar à opinião pública, é que temos tido conversações com o Presidente Boumediene e que consideramos muito importantes, pois temos muitas coisas em comum a discutir e interesses comuns que devemos regularizar. Em minha opinião, dentro de pouco tempo serão feitos progressos muito concretos, sobretudo no campo económico. Com os outros países teríamos contactos, sobretudo com Cuba, e discutimos acordos comerciais. E nossa intenção intensificar essas relações.»

## Portugal neutralista?

EXPRESSO: Um Portugal neutralista coloca a Alemanha Federal numa posição um pouco difícil sob o ponto de vista estratégico.

Interrupção de Melo Antunes: «Mas eu nunca defino Portugal como um país neutralista.»

EXPRESSO: Digamos então que, em teoria, um Portugal neutralista colocará a Alemanha Federal numa posição difícil. Acaba de ser anunciado que a Alemanha fornecerá a Portugal um auxílio de 70 milhões de marcos e uma assistência técnica. Trata-se de uma oferta real?

— Sim, 70 milhões de marcos.  
EXPRESSO: O sr. ministro Van der Stoep falou de uma situação fluida em Portugal. Pode concluir-se daí uma preocupação real do Governo holandês?

Van der Stoep: «Não. Mas, de facto, constatamos na situação

portuguesa certo número de elementos perturbantes e essa opinião permanece a nossa.»

EXPRESSO: O que aconteceu ao jornal «Requilita» pode acontecer a qualquer jornal português. É uma ameaça, uma eventualidade que profundamente preocupa qualquer jornalista ou qualquer cidadão. Como se justifica um acontecimento semelhante?

Melo Antunes: «Como já disse, eu próprio saí de Lisboa no dia em que os acontecimentos se desenvolveram. Portanto, não posso, de facto, dar detalhes sobre essa questão. Evidentemente que eu, pessoalmente, considero que são lamentáveis os incidentes deste tipo, os quais prejudicam a imagem do país no estrangeiro, nomeadamente na Europa, e que tudo deve ser feito para que se evitem de futuro, tanto na «República» como noutros jornais, situações deste género.»

## “Incidente” diplomático

A ESTADA do ministro Melo Antunes na Holanda foi assinalada por um pequeno incidente, que aqui se aponta apenas como nota de reportagem. Na quarta-feira à noite, o ministro Van der Stoep ofereceu um jantar ao chefe da diplomacia portuguesa, para o qual tinha sido convidado também um destacado elemento do Partido Socialista holandês e membro do Parlamento, Dankert.

No momento em que as representações portuguesa e holandesa se iam sentar à

mesa, foi recebido um telefonema do sr. Dankert, em que este comunicava que não compareceria ao jantar. Os observadores puderam constatar a surpresa e confusão das entidades holandesas presentes, as quais interpretaram o gesto daquele deputado socialista como uma ostensiva manifestação de desagrado ao membro do Governo português e de solidariedade com o secretário-geral do PS, Mário Soares, então envolvido no mais acedo da querrela em torno do caso República.

© "caso República" © "caso República"

# Detonador da actual crise política

PELA primeira vez em mais de seis décadas de uma existência que conheceu todo o surto de vicissitudes porque pode passar um jornal desde sempre dedicado à luta antifascista (quando o assumir esse papel frontalmente era tarefa altamente melindrosa e susceptível de acarretar as mais ferozes retaliações dos antigos senhores do poder) o vestipertino «República» viu abruptamente interrompida a sua publicação por aquilo que inicialmente parecia ser um conflito de trabalho gerado entre o grosso dos seus trabalhadores e a cúpula da redacção e que depois se veio a transformar em fenómeno eminentemente político.

O conflito, que já era latente há algumas semanas, agudizou-se repentinamente faz hoje oito dias, quando a CCT (Comissão Coordenadora de Trabalhadores) decidiu, pura e simplesmente, que tinha chegado a altura de «pôr as cartas na mesa».

A partir dessa data a caminhada rapidamente para a completa deterioração do ambiente laboral que culminaria com os dramáticos acontecimentos de segunda-feira e madrugada de terça preteritas, que degeneraram na selagem das instalações pelas forças militares do COP-CON, a pedido da Administração do jornal, representada, na emergência, pelo dr. Gustavo

Soromenho, quando, perto das 5 horas da manhã, deste último dia, se haviam esgotado todas as possibilidades de atingir qualquer plataforma de acordo.

O conflito, como tem sido exaustivamente assinalado pela Imprensa, Rádio e Televisão, ao longo da semana, é manifestamente de ordem política e fundamente-se no facto de a maioria dos trabalhadores da «República» pretenderem fazer «um jornal apertadário, deixando de constituir, como tem sucedido nos últimos meses, apenas um órgão ao serviço de determinada ideologia», isto nas palavras expressas de Júlio Moreira, um dos catorze membros da CCT.

Quando na manhã de segunda-feira, os representantes da CCT, criada com plenas poderes para dialogar com a direcção e a administração do jornal acerca dos problemas mais diversificados se aviaram com a direcção (Raul Rego e Vitor Direito) e lhes «sugeriram» que, acompanhadas pela chefa (João Gomes e Rui Camacho) apresentassem os seus pedidos de demissão, estavam a ser os porta-vozes de uma decisão que parte dos trabalhadores da Editorial República já haviam sancionado com a sua assinatura. E os acontecimentos posteriores viriam a demonstrá-lo.

A proposta, como é óbvio foi rejeitada. Mais do que isso

repudiada. E com a atitude dos «comandares do conhecido vespertino, solidarizaram-se praticamente todos os redactores presentes no jornal à hora em que a questão foi posta.

No entanto, a «República» ainda se publicou nessa segunda-feira, embora sem que o cabeçalho ostentasse os nomes de Raul Rego e Vitor Direito, tendo estes sido substituídos pelo de Alvaro Belo Marques, que ocupara até há pouco o cargo de director comercial, do qual se havia demitido para ir, segundo se dizia, trabalhar para a Holanda.

É na sequência da saída do jornal para a rua, com a «mudança» de direcção no cabeça-

lho e um comunicado-esclarecimento afixado na primeira página, que a opinião pública começa a ser alertada para 'os acontecimentos. Tornam-se nessa mesma tarde visíveis os piquetes de segurança em ambas as portas de acesso às instalações do jornal, que, veio então a saber-se, já estavam guardadas pelos trabalhadores desde sábado anterior.

Decididos, entretanto, o corpo redactorial e o director e subdirectores do jornal a permanecerem no edifício sem abdicarem dos seus direitos sobre a feitura do mesmo, foi tornado claro pelos trabalhadores que os elementos da redacção que saísem «já não entravam».



O acto que sanciona a selagem das instalações da "República"

# EXPRESSO acompanha os acontecimentos por dentro

**SÃO 19 HORAS DE SEGUNDA-FEIRA.** Chego ao Largo da Misericórdia quando uma multidão de vários milhares de pessoas, na maioria afectas ao Partido Socialista, que para o local havia convocado uma manifestação de apoio no sentido de se «libertar o jornal ocupado», davam largas à sua exaltação gritando palavras de ordem contra os «ocupantes», intercaladas com outras de apoio nomeadamente a Raúl Rego.

Poucos minutos antes tinha visto Mário Soares, azafranado em plena Baixa, a distribuir panfletos que convocavam a referida manifestação para defronte das instalações da «República», tendo a seu lado outras figuras de nomeada do PS.

Sensivelmente nessa altura era pouca a circular uma página com o cabeçalho do diário ocupado na qual se lia, em parangonas, que «Não se pode ignorar a vontade popular!», «Fechar a «República» é trair Portugal»; «Este jornal não é do Cunha!» «A «República» é do povo, não é de Moscovo!», «Não viemos para ocupar, viemos para libertar».

As 19.15 entro nas instalações do jornal com autorização de alguns camaradas de trabalho. A partir dessa hora e até à evacuação das instalações, às 6 da manhã de terça-feira, seria o único jornalista português não pertencente aos quadros da «República» a acompanhar, par e passo, toda a evolução dos importantes acontecimentos, acompanhado, até cerca das 3 horas, por uma equipa de reportagem da TV.

É a observação dos factos mais dispares e controversos, vividos num ambiente escaudante

e que chegou a ser de cortar à feia, que passo a relatar no EXPRESSO, por ordem cronológica.

**19.30** — Oficiais do COPCON e da FM entram nas instalações da «República». Seguem-se forças destas unidades, que vão manter a segurança interna do edifício, que, entretanto, se encontra guardado no exterior por enorme aparato militar e policial.

**20.00 h** — João Gomes assoma à janela do gabinete da direcção e fala à multidão que se acotovia na Rua da Misericórdia: «Não garantimos-vos que não sairemos daqui. A luta continuará até à nossa vitória. Os leitores da «República» terão o seu jornal autêntico». (Aplausos e palavra de ordem partem da rua: «Rego amigo, o povo está contigo!»).

**20.15** — É Álvaro Guerra quem vai à mesma janela dar explicações à multidão impaciente. Diz: «Qualquer que seja a solução que este caso tiver eu irei de ser aprovada e apoiada por vocês todos que são os verdadeiros leitores da «República». (Aplausos).

**20.25** — João Gomes relata a um graduado do COPCON a sua versão dos acontecimentos da manhã em que acusa a CCT de haver posto a direcção do jornal perante uma situação de «facto consumado».

**20.30** — A agitação da multidão recrudescer. É Mário Soares que chega em frente à «República» acompanhado de Sotomayor Cardia, Manuel Alegre e outros elementos da cúpula do PS. A multidão rompe em largos aplausos e pede para abrir alas. O secretário-geral do PS atinge a entrada principal da «República» e grita-se para cima que

«abram a portas». (Não abrem).

**20.35** — Na sala de redacção as pessoas agitam-se quando se apercebem da presença de Mário Soares lá em baixo. Uma empregada da administração conta a um sargento dos «Comandos» que Mário Soares estava a tentar penetrar nas instalações e que os trabalhadores não admitiriam tal. Comentário do sargento: «Fique descansado que aqui não entra». Alberto Arons de Carvalho, ao lado, retorquiu: «Olhe que tem seções cá na casa». O sargento outra vez: «E mesmo que tenha...»



**20.40** — Na redacção, um tipógrafo comenta jocosamente: «Não me digam que lá fora está o povo. Quem ali está é o PS, e os seus interesses neste jornal».

**20.45** — Uma pedra estilhaça uma das vidraças da janela da publicidade (enquanto a multidão entoa: «Morte à CIA e ao KGB» — apropriação da palavra de ordem do MRPP).

**20.50** — Na rua canta-se o Hino Nacional. Vitor Direito, à janela, acompanha.

**21.00 h** — Cinco «Chaimiteiros» reforçam as forças que guardam o edifício. Os manifestantes reagem: «MFA de que lado está?»

21.05 — Novo projectal parte outro vidro. Desta feita era uma lanterna portátil...

21.10 — Na presença de Mário Soares ecom diversas palavras de ordem. Regista algumas que me chegam com mais clareza: «Os soldados são filhos do povo», «Nem Caracci, nem Cunha, independência nacional», «Ninguém arreda pé», «Fora da «República ou social-fascista». (Algumas destas palavras de ordem são habituais do MRPP).

21.30 — Mário Soares realiza um comício. Munido de megafone o secretário-geral do PS, que havia incitado antes a «Socialismo, sim! ditadura, não!», afirma que a «República» «é uma voz independente que terá de continuar como sempre foi». Adiantaria também que «estamos aqui como patriotas a defender a liberdade de expressão pois não toleraremos que uma escassa minoria de pessoas callem aquela que é portadora das poucas vozes livres que ainda existem neste país». (A multidão aplaude e canta de novo «A Portuguesa»).

22.00 h — Mário Soares, precedido do major Lobato Faria, dos «Comandos», tenta entrar nas dependências do jornal através da porta das oficinas. Os trabalhadores não consentem. Gera-se conflito entre as duas partes. Da porta, Mário Soares pronuncia: «Vocês estão a fazer objectivamente o jogo da reacção». Referia-se aos trabalhadores dirigidos pela CCT. Rotorquiram alguns elementos: «Isto aqui não é a sede do PS. Tu e o teu colega Cunha devem pôr os olhos na força dos trabalhadores. Não hão-de continuar a brincar com o Povo. Vão os dois para onde estavam». (Palmas — enquanto o secretário-geral do partido mais votado neste país se retirava).

22.10 — A multidão canta (e dança) na rua: «Oitá, oitá, fora do jornal com os lacaios do Cunha», «Oitá...»

22.20 — A TV, que tinha conseguido «meter» uma equipa de reportagem dentro das instalações, já havia conseguido enviar para os estúdios um filme. A esta hora queria regressar à base. Todavia, a multidão, cá fora, não lhe consente.

22.45 — O Teiejornal é aguardado com ansiedade numa das salas do jornal. Quando vai para o ar detecta-se a imagem de um trabalhador (Vladimiro) a historiar a luta que haviam desencadeado. Segue-se Raúl Rego a narrar os pormenores que redundavam na saída da «República», nessa tarde, que ficou conhecida como a edição «Belo Marquês».

23.00 h — Na via pública a manifestação «aquece» enquanto a chuva continua a cair. Uma rajada de «G-3» alarma o cento e tal de pessoas que se encontram fechadas nas instalações do jornal. Alguns dos manifestantes correm desenfreadamente. Há quem se estatel. E fique «atropelado» na confusão que se gera. Os tiros foram para o ar...

23.15 — Voltam as palavras de ordem. Registo: «Quer roubar mais um jornal o partido do Cunha», «Não deixaremos que o Cunha assassinasse o jornal», etc.

23.30 — O Major Lobato Faria dirige-se a uma das janelas de sacada. Não tem oportunidade de abrir a boca. Ouve: «De que lado está o MFA?». (Retira-se sobre vaias da multidão).

23.35 — O mesmo oficial do regimento de «Comandos», unidade afecta ao COPCON, entra no gabinete de Raúl Rego, demora-se alguns minutos em conferência com elementos de cúpula do vespertino e quando sai traz não mão direita uma folha de papel que se sabe de seguida ser o pedido expresso da Administração para selar as portas do edificio se o litígio não se solucionar. Considerava-se que o jor-

nal havia saído nesse dia ilegalmente.

23.40 — O espectro do solo causa apreensão em vários trabalhadores a quem oigo pela primeira vez que seria aconselhável voltar a negociações.

23.45 — Um telegrama é lido através de megafone por um dos manifestantes. Dizia: «Letores da «República» protestam indignados face à escalada desaverganhada que visa silenciar a voz mais legítima da imprensa portuguesa».

23.50 — Grita-se na rua contra os militares: «Assasinos, assassinos».

24.00 h — Num dos gabinetes, Álvaro Guerra confidencia-me: «Hoje, muitos de nós estamos aqui a ser acusados de coisas feias. Como sabes, como todos sabemos, fomos sempre lutadores antifascistas que não vergamos a cerviz no tempo mais repressivo do antigo regime. Só por termos, alguns de nós, uma opção partidária, que nada tem a ver com a de um outro partido minoritário na cena portuguesa, é que estamos a ser objecto desta escalada dirigida inconscientemente no intuito de colocar mais um jornal ao serviço do dito partido. Não aceitaremos a política do «facto consumado» em que nos querem colocar».

00.15 h de terça-feira — Informam-me que Mário Soares voltara à porta das oficinas preocupado com a situação dos redactores que estavam sem comer desde o meio-dia.

00.45 — Mais um telegrama é lido na rua a apoiar Raúl Rego e a redacção da «República».

00.50 — O secretário-geral do PS faz nova tentativa para entrar na «República». Novamente também os elementos da CCT, coadjuvados por outros trabalhadores se mostram intransigentes: Mário Soares não entra.

1.00 h — Na sala de vistas esboça-se uma tentativa de conversações entre elementos da

CCT (Joaquim Dias, Júlio Moreira, Delmar, Serrano, Vladimir, etc.) e da Administração (representada por Gustavo Sacramento). Está presente o chefe de redacção João Gomes, outros trabalhadores e o repórter do EXPRESSO. Serve de mediador o major Lobato Faria. Aflora-se a hipótese de solver o diferendo. A CCT parece ir conquistar terreno. É quando João Gomes intervem acaloradamente e acusa: «Está-se a tentar influenciar uma decisão sem a presença do director e director-adjunto do jornal. Não o permitto». Saiu e aparece de seguida com Vítor Direito e Álvaro Guerra. Já o ambiente degenerara, porém, em controvérsia e esfumara-se a possibilidade de entendimento. Vítor Direito sem chega a entrar. Volta costas com um gesto de evidente contrariedade.

1.15 — Há nova tentativa de reunião com as mesmas personalidades, acrescida da presença de Raúl Rego. Não consigo entrar. Fico à vidraça e só vejo gestos. Duma e doutra das partes em litígio apercibem-se posições irrevetíveis. A discussão não conduz a nada. E Vítor Direito é o primeiro a retirar-se.

1.25 — Na rua ecoam mais palavras de ordem. Em frente do edifício da Editorial República, situam-se uma delegação do PS, outra do FSP, e outra ainda do MJT. Em todas as janelas se vê muito gente.

1.30 — Vítor Direito dirige-se à janela e anuncia aos manifestantes que o ministro da Comunicação Social, com Correia Jesuino, acompanhado do director-geral da Informação, com Rui Monteiro, se apressavam a deixar a Assembleia do MFA; que decorria no Alfreito, para se deslocarem às instalações da «República» com intenção de resolver o diferendo. (Ruidosa asobiedade acolhe a «novidade»).

1.40 — Retornam as palavras

de ordem com novo fôlego. Ai vão: «Que ninguém arrede pés», «A «República» é do povo, não é de Moscovo», «De que lado está o MFA?», «Fechar o jornal é traição a Portugal», «Rego amigo o povo está contigo».

1.50 — Anuncia-se que em homenagem ao povo ali presente iria sair de madrugada uma «República» policopiada e escrita pelos seus redactores.

2 h — Lá fora: «O povo quer saber o que está a acontecer».

2.05 — Mário Soares, Manuel Alegre e outras figuras gradas do PS, dirigem-se à cervejaria da Rua Nova da Trindade e comem uma «bucha».

2.10 — Barburinho geral e espectral. Chegam Correia Jesuino e Rui Monteiro. É mandada evacuar a sala da redacção. Sou «apanhado» na tipografia sonda o camarada me cede o seu garrafinho de água e dá falta de melhor «matos» sede e fome.

2.15 — Corro para a redacção. Um oficial à paisana da PM não me deixa entrar. Vejo a equipa da TV ali dentro. Procejo. Entro quase à força. E afirmo peremptório: «Não saia daqui se sair a Televisão». O ministro é informado. E vem a contestação:





Soares interceptando os trabalhadores da "República" quando pretendia entrar (à esquerda) — um momento desastrososo. O COPCOM informa — O com. Rui Montez entra na "República" quando, com o ministro da C. S., foi chamado para servir de árbitro (à direita) (fotos de Luis Saravia)

(Continuação da pág. 5)

«A TV e o EXPRESSO podem entrar». Agradeco.

2.20 — Correia Jesuino: «Ante de mais desejo tornar bem claro que a Editorial República é uma empresa privada que publica um jornal que respeito muito. A minha comparacão aqui, com o com. Montez, é no sentido de resolvermos da melhor maneira este grave problema. No entanto esclareço desde já que o conflito entre trabalhadores e Administração foge ao âmbito do meu Ministério. Ao Governo Provisório não compete, em casos destes, tomar quaisquer medidas administrativas. Nem quer. Isso era no tempo da «outra senhora». Por outro lado, porém, existe uma Lei de Imprensa que deve ser aplicada. E ela dá razão completa à administração desta empresa. Que tem todo o direito, a meu ver, de fazer o jornal que entender».

2.30 — João Gomes toma a palavra e relata os acontecimentos, até essa hora, por ordem cronológica.

2.40 — Júlio Moreira, da CCT, segue-se a João Gomes e começa por fazer uma correcção às palavras deste quando afirmou que (...) «os gráficos» (...). Esclarece Júlio Moreira «que não eram os gráficos mas sim todos os trabalhadores do jornal que haviam tomado parte no processo». A seguir: «A nossa posição deriva da circunstância deste jornal tomar posições nitidamente partidárias que lesaria os leitores que o «adquirem». (Correia Jesuino interrompe: «Os leitores têm o direito a comprar e ler o jornal que quiserem»). Prossegue Júlio Moreira: «Nos últimos meses tiveram de abandonar o jornal 14 redactores, não affectos ao PS. E, há dias, Álvaro Belo Marques, o director comercial que foi o principal obreiro do levantamento económico da «República», viu-se igualmente coagido a apresentar a sua demissão dadas as dificuldades que lhe levantavam. Foi a partir daqui que a luta se agudizou. Através da recolta de assinaturas «xigimos a permanência de Belo Marques. E, pouco depois, apresentámos a proposta de afastamento da direcção e chefia do jornal. Assim chegámos a este impasse».

2.50 — Correia Jesuino: «A «República» é propriedade dos seus accionistas. Estes são representados pela Administração. É esta que detém o suporte legal da empresa. Repito que o jornal tem o direito de fazer a informação que quiser e entender. E nem me parece que o jornal seja assim tão partidário como os senhores afirmam. (Referia-se aos trabalhadores). Logo, quem não estiver de acordo, que made de casa».

3.00 h — Júlio Moreira: «Os trabalhadores pensaram, talvez um pouco ingenuamente, que a sua vontade de fazerem um jornal apertidário, poderia prevalecer sobre a questão. Não podiam mais dinheiro. Só um jornal para o povo».

3.05 — Rui Montez intervém pela primeira vez: «Se aos trabalhadores deste jornal repugna defender certa ideologia, mesmo estando razoavelmente pagos, parece-me que, neste momento e face à Lei de Imprensa, devem fazer outra opção».

3.10 — Delmar responde: «Mas há promessas escritas feitas aos trabalhadores de que o jornal seria independente e apertidário. E isto não foi cumprido».

3.15 — Gustavo Soromenho: «Eu sempre vos disse que gostaria de ver uma «República» pluralista num tanto inclinada para o socialismo».

3.20 — Raúl Rego: «Eu até pedira licença ao sr. ministro para ler o nosso estatuto político, que já teria sido publicado não fora estes acontecimentos que, de tão lamentáveis, derivaram quase para a coacção física. (Nesta altura João Gomes interveio e mostrou-se contrário à leitura do documento). Todavia, após troca de palavras entre as duas facções litigiosas Raúl Rego acabou por o ler, embora prevenindo que o texto talvez ainda não fosse o definitivo. Não tenho o documento. Mas sou-me na ponta da esferográfica que a posição, lógica, concordante com o que «República» tem sido após o 25 de Abril aponta para uma opção do «socialismo em liberdade»...

3.25 — Rui Montez, na sequência de palavras de membros da CCT, a denunciar as diversas tentativas feitas por Mário Soares para entrar nas instalações do jornal e após algum haver esclarecido que o secretário-geral do PS era um dos accionistas da empresa, respondeu: «Pois se é accionista que vá às reuniões do Conselho de Administração, aqui não creio que tenha algo a fazer»...

3.30 — Jaime Gama resolve-se a entrar directamente no «affaire». Vencos: «O que aqui se passa não é, como pretende a CCT, um mero problema de ordem laboral. Por detrás de tudo isto encontra-se um evidente problema político. E sob risco de não compreendermos que regime se pretende implantar neste país, de desvirtuarmos todo o espírito do «25 de Abril», de vermos Portugal alvo das mais disparas interpretações a nível nacional e internacional, de, enfim, cambiarmos apressadamente para o abismo, vpeça, senhor ministro e senhor

director-geral da Informação devem fazer cumprir o que estipula a Lei de Imprensa. Este jornal — prossegue — é alvo de uma tentativa de manipulação que visará servir determinado partido. (Lembram-se os casos de «O Século», do «Diário de Notícias», do «Diário de Lisboa». Entre outros). Terminou assim Jaime Gama: «Se admitirmos a política do facto consumado e não respeitarmos a Lei de Imprensa, então não sei para onde irá este país!»

3.35 — Com Rui Montez, um pouco agastado: «Não estou de acordo com o sr. Jaime Gama quando diz que nós temos obrigação de resolver o diferendo. O ministro da CS não é polícia. Nem juiz. Os tribunais, sim, é que detêm poderes para aplicar a lei. Dentro modo, e seguido e raciocínio do senhor Jaime Gama, teríamos também de exigir ao ministro da Justiça que fosse prender os criminosos... (Alusão, por certo, ao facto do apontado ministro — Salgado Zinha — ser do PS). «Além do mais — continuou o director-geral da Informação — não deve ser usual a qualquer ministro e em qualquer parte do mundo, sentar-se à mesa das conversações para testar, com o melhor da sua boa vontade, resolver questões deste melindre, debaixo dos olhos de pressão desta multidão relutante que escutam lá fora». (Na sala reinou súbito silêncio.)

3.40 — ...que o com. Correia Jesuino quebrou ao interrogar: «Como vamos sair disto?»

3.45 — O administrador Gustavo Soromenho volta ao uso da palavra: «Estou receptivo a possíveis acordos que desejo, sinceramente, apareçam. A minha disposição é a de que todos nós possamos voltar a fazer amanhã o nosso jornal.»

3.50 — Correia Jesuino:

«A proposta parece-me bastante cordata.»

3.55 — Um elemento da CCT (Joaquim Dias, linotipista) faz a mais arrebatada exposição dos acontecimentos. Frisa, a dado momento: «Como operário não devo nem quero ignorar as divergências que marcam a luta da classe operária contra a classe exploradora. Já se disse que jornalistas não afectos ao PS mudaram para outras publicações pressionados pelo mau ambiente de trabalho que aqui disfrutavam. Mas todos sabem que os trabalhadores da produção deste jornal não colaboraram nessa luta que se travou entre «ps» e «pc». Efectivamente isso não era conosco. Conosco é esta luta que tem por objectivo transformar este jornal naquilo que estendemos e nunca deveria ter deixado de ser: apertadário, objectivo, independente de partidos. É a nossa óptica é a de que quem deve sair são os elementos que desejam continuar a ter na «República» o órgão de um partido, e não os trabalhadores que o querem apertadário e ao serviço de todo o povo português antifascista e patriota, pois foi ele quem comprou, há mais de uma dezena de anos, a rotativa onde se imprime o jornal e custou três mil contos. Não foi o PS.»

Josquim Dias terminaria a sua intervenção marcada de uma parva surpreendente: «Os trabalhadores da produção conseguiram à custa de muito esforço eliminar as suas divergências, que as tinham, indiscutivelmente, e não desejam ser obrigados a vender a sua força de trabalho a um só partido, seja ele qual for. Teremos, por uma coisa que me parece tão simples, ser obrigados a mudar de emprego?»...

4.00 — Correia Jesuino: «Gostei imenso da intervenção deste operário. Foi sincera. Foi vi-

brante. Foi sentida. E que lhe posso eu dizer? Que é possível a Lei de Imprensa que mal entrou em vigor já estar ultrapassada? Sei lá!...»

Mais adiante, o ministro da Comunicação Social rematava: «São as críticas construtivas que fazem avançar o processo revolucionário. E nós, ao MFA, desejamos que nos critiquem para sabermos corrigir os nossos erros quando os houver.»

4.05 — Rui Montez: «Vocês, operários, devem saber que o controlo dos meios de produção ainda não é vosso.»

4.10 — Correia Jesuino: «Como vocês devem saber o meu Ministério é acusado de tudo o que de mau acontece nos órgãos de comunicação. E eu próprio não escapo a esses ataques. Acusam-me uns de ser comunista, outros de entrar em jogos e manéguas. São calúnias que lamento, porquanto só desejo ser objectivo e imparcial no desempenho do meu cargo, desde que essa imparcialidade não brigue com o processo revolucionário em curso.»

Acenariava de seguida o ministro: «Ainda bem que existe a «República», economicamente independente e a permitir uma informação pluralista. Óptimo que tenhamos o EXPRESSO. E só lamento que não haja mais «República» e mais EXPRESSOS. Seria um alívio para o meu Ministério, para o Conselho da Revolução, para o Governo Provisório, para o MFA, pois, como é do vosso conhecimento, a nacionalização da Banca tirou-nos para cima com os gravíssimos problemas económicos que atingem a Imprensa indirectamente abarcada por esta medida. Uma Imprensa que urge reconverter rapidamente. Ora, a economia do país encontra-se numa situação gravíssima e a problemática da im-

prensa deficitária só contribui para a agravar. É isto que os trabalhadores não devem ignorar!»

4.15 — O com. Rui Monteiro, face ao recrudescer das palavras de ordem na via pública, tem este comentário: «Há muitos anos que não vou ao futebol. Mas o barulho lá de fora faz-me lembrar os dos campos da bola. É realmente muito grande o fervor revolucionário daqueles trabalhadores que atacam outros trabalhadores que aqui estão...»

4.20 — João Gomes responde a Rui Monteiro: «Olhe que se não fossem eles não sei o que nos teria já sucedido...»

4.25 — O director-geral da Informação: «Parece-me que é altura de os trabalhadores se pronunciarem sobre se aceitam continuar o seu trabalho como até aqui, dado que a Administração a tal é concordante. Com o contributo o COPCON terá de se abrir as portas do edifício pois não pode permanecer aqui eternamente. Nem o brigadeiro Otelo o consentiria. E então os tribunais que decidam, pois já não se sottometes polícias aos tipógrafos para os obrigar a trabalhar no que não querem...»

Por fim: «Claro que sem nos esquecermos que temos a Lei de Imprensa mais democrática do mundo, que tanto trabalho deu, e não a vamos já deixar para o lixo sem sequer a termos experimentada, medido os seus buracos, observado os seus defeitos e as suas virtudes. E sem nos esquecermos igualmente que não parece sensato nem curial que apareçam nos jornais as mais diversificadas Comissões de Trabalhadores a exigirem um jornal à sua maneira...»

4.30 — A pedido da CCT forças militares vão à dependência da «República», no Largo da Misericórdia, para «protegerem» B190-Márquez» que «virtu» confier» com a CCT a fim de ajudar à resposta definitiva sobre a questão.

4.35 — Correia Jesuino acabara de lançar mais um apelo ao entendimento mútuo das partes litigantes e Jaime Gama dizia que nunca foi ideia sua nem dos

seus camaradas transformar a «República» num órgão sectário «Com cunho socialista, sim; mas objectivo e sem esfaedamentos ao PS, que — sublinhou — desejamos ter liberdade para criticar sempre que se entender necessária e crítica».

4.40 — Regressam os elementos principais da CCT. Pedem desculpa pela demora. Os rostos vêm tensos. É o cansaço é visível e evidente em todos nós. (Lembro que havia quem já não soubesse o que era dormir numa cama há três dias e outras tantas noites...). Delmar é o porta-voz da CCT.

Em síntese afirma: «O que se encontra na origem deste problema é a independência do jornal. Por isso os trabalhadores decidiram não ceder nem um palmo nas suas posições». Estava definitivamente afastada qualquer hipótese de solução do conflito de maneira amigável.

4.50 — Gustavo Soromenho afirma que a Administração do jornal, enquanto o conflito não se resolver, está economicamente impossibilitada de pagar os salários, na medida em que a empresa carece de possibilidades para suportar despesas elevadíssimas com o jornal paralisado.

4.55 — Delmar solicita ao major Lobato Faria que as tropas do COPCON permaneçam ali até à abertura do Ministério do Trabalho, a fim de se pedir a compensação de um representante deste organismo para tomar conta do problema que dizia respeito ao sector. Logo a seguir tornou-se evidente que isso nada adiantaria e começaram os preparativos para a evacuação do edifício.

5.00 h — Tanto o ministro da CS como o director-geral da Informação me dizem, com ar pesado, lamentarem profundamente que a sua missão mediadora não tivesse falhado.

5.05 — João Gomes informa os manifestantes que permaneciam no exterior indiferentes à chuva, dos últimos acontecimentos. O encerramento da «República» é recebido com estrondosa assobada enquanto a multidão grita: «Fechar o jornal é fazer o

jogo do Cushal».

5.10 — A resistência física e anímica de todos quantos o encontram dentro das instalações da «República» começam a esgarar. É o deslento. O quebrar das barreiras. Momentaneamente a quem dá largas ao dique nervoso que se acumulara em horas que mesmo para mim, constituindo das mais penosas, das mais difíceis como profissional de uma Informação que não se sabe para onde vai. Vejo Raúl Rego com as mãos na cabeça. António de Sousa chora silenciosamente. Joaquim Dias é a imagem cascada e ulberenta de um trabalhador que deu tudo o que pôde por uma causa que acabou justa. Enfim, observo e registo um caleidoscópio de imagens dum das noites mais longas e mais chocantes da história da Imprensa neste país. Passo adiante.

5.30 — As «Berlletes» haviam dado início ao transporte dos ocupantes da «República» para lugar que os deixasse a coberto de quaisquer eventuais danos físicos provocados pelos manifestantes. Sou dos últimos a sair. Recuso a entrada em viaturas militares. Saio a pé, passo o cordão das forças do COPCON e ninguém me molstra as direitas ofensivas. Vejo que Gustavo Soromenho também abusou da donava e edifício a pé. Continuam a tomar apontamentos.

6.00 h — A estranha vigília é, inخورavelmente, atingida o seu epílogo. O edifício da «República encontra-se vazio. Escuto um último comentário quando passo no Largo da Misericórdia: «Alguns indivíduos conseguiram fazer o que nem a nossa facção se atreviu — e as portas do jornal mais anticlista de Portugal fossem seladas». Definitivamente a cronologia, porpenhorada, quando me é possível, dos acontecimentos atrás narrados no bosquejo de Dezetas de folhas de apontamentos que coligi, ajudá-lo, criou a compreender aquilo que o público ainda não sabia até hoje isto é, o que se passou dentro.

INÁCIO TEIGÃO

GOMES, João

República

República

# As declarações de João Gomes

**EXPRESSO** — Creio que seria conveniente, para uma possível clarificação do problema, que começasse por uma retrospectiva dos acontecimentos, para podermos enquadrar o caso.

**JOÃO GOMES** — Efectivamente, a maneira como alguns jornais — e refiro-me particularmente aos casos do «Diário de Notícias» e de «O Século» — têm relatado os factos demonstra o seu espírito tendencioso e a sua parcialidade ao observarem o problema numa perspectiva que, de maneira nenhuma, corresponde à realidade.

**EXPRESSO** — Pode concretizar melhor?

**JOÃO GOMES** — Para ir um pouco mais ao fundo desta questão é preciso medir a diferença profunda que caracterizou o clima na «República» antes do 25 de Abril, e aquilo que passou a acontecer posteriormente. Eu, que durante 10 anos, trabalhei no «Diário de Notícias», outro órgão de combate ao fascismo, e cujo ambiente também se veio a deteriorar quando nele se verificou uma certa mudança com a entrada de Lopes do Souto, — a qual provocou o abandono de vários redactores que se mudaram para a «República» — entrei para o jornal dirigido por Raúl Rego com muita alegria, pois lá encontrei um ambiente de camaradagem e de grande unidade entre os trabalhadores da empresa, tanto jornalistas como de outros sectores. Posso dizer mesmo que vivi na «República» alguns acontecimentos com uma intensidade muito grande. Não posso deixar de recordar, por exemplo, a campanha eleitoral de 1969 e o Congresso da Oposição em Aveiro, quando todos os trabalhadores da «República», independentemente das suas posições ideológicas, se irmanavam num mesmo ideal de

luta comum contra o fascismo. Esse era um clima extraordinário que, na altura, apenas se viveria em poucos jornais portugueses.

Ora, depois do 25 de Abril, começaram a acentuar-se, de maneira crescente e preocupante, as divisões entre os trabalhadores, provocadas por posições ideológicas distintas, derivadas da maneira como as facções em presença viam e concebiam a evolução da sociedade portuguesa, agora já naquele clima de liberdade permitido pelos militares do MFA.

**EXPRESSO** — Mas não terá vivido, pessoalmente, toda a evolução do processo que culminou com a ruptura...

**JOÃO GOMES** — Sim. E facto público e notório que me encontrei fora da redacção durante cerca de onze meses, porquanto fui convidado a desempenhar funções nas casas do povo. E foi exactamente quando regressei — já que as funções alegadas eram apenas transitórias — que se me deparou uma evidente divisão no seio dos trabalhadores da «República», em especial no que concerne aos jornalistas. E note-se que antes do meu regresso ao jornal o clima ainda se apresentara mais caldeante, chegando mesmo a haver choques muito profundos entre os membros da Redacção.

**EXPRESSO** — E qual foi exactamente o papel que desempenhou na contenda?

**JOÃO GOMES** — Todos sabem que desenvolvei um grande esforço no sentido de aproximar as pessoas. E, em dada ocasião, até me pareceu que tinha conseguido alguns resultados positivos nesse campo tremendamente difícil.

**EXPRESSO** — Quando se complicaram de novo as questões?



O chefe de redacção da "República" ao falar para o EXPRESSO

**JOÃO GOMES** — Bem, tenho de começar por falar que no momento em que me é solicitado com insistência o regresso constata-se que o «República» se debatia com uma viável situação regressiva. As tiragens baixavam, as vendas diminuam e o quadro, é claro, começava a não ser agradável sobre praticamente nenhum aspecto.

Recordo hoje os apelos que me fizeram as pessoas que comigo se encontraram, certo dia, para me exporem a situação.

Entre elas encontravam-se Gustavo Soromenho, Vítor Dirceu, além do próprio Álvaro Belo Marques. Falou-se na imperiosa necessidade de empreender uma renovação e uma melhoria do conteúdo do jornal.

### Manobra

Prosegue João Gomes:

«Apesar disso, estes lamentáveis acontecimentos do passado fim de semana e de segunda-feira, vieram calcitrar-nos de algumas dúvidas. A mais importante é a de que a regressão do «República» se terá ficado a dever, fundamentalmente, à aposta que aqueles que saíram terão feito, tanto de se irrem embora, no sentido da queda do jornal através de uma sabotagem progressiva.»

Mais explícito:

«Pois que conclusões se podem tirar, se não essas, perante o jornal «envelhecido», repleto de notícias ultrapaissadas, refundidas, sem qualquer interesse? Ora, — prossegue João Gomes — há quem se interrogue, e a meu ver justamente, se tal não era intencional da parte do grupo que saís.»

«Note-se que, nesse grupo, se contava o chefe de redacção dessa altura, Sr. P.C.P.. É óbvio que pôde colocar-se o problema sobre o

interesse desse grupo em atirar de pantufas a «República», se me é permitida a expressão. E eu pergunto se isso não seria um fenómeno que visava determinado objectivo, objectivo afinal semelhante ao que se detecta neste momento no «Diário de Lisboa», que é o da maioria das pessoas que lá trabalham estarem interessadas no afundamento económico do jornal, pois pode, no seu entender, isso levar à sua nacionalização provocada pelo sucessivo agravamento do défice em relação à banca nacionalizada.»

Estou convicto que essas intenções animaram, de igual modo, o grupo que se retirou do «República» quase em bloco.»

**EXPRESSO** — Em vista da versão exposta, que medidas tomou a cúpula do jornal para eliminar essas tentativas?

**JOÃO GOMES** — O meu regresso já foi uma consequência da apreensão que tanto o director como outros elementos responsáveis do «República», sentiam em virtude do que atrás expuz. Logo, eu tinha por missão, entre outras, tentar o conciliamento das duas correntes ideológicas mais marcantes entre os profissionais da informação.

De início, as minhas tentativas pareciam, como já acentuei há pouco, ir resultar. Aumentou-se o ritmo de trabalho, o jornal melhorou o seu «sumo», e tanto assim que, quase de imediato a tiragem aumentou de oito ou nove mil exemplares, como os trabalhadores do «República» sabem perfeitamente.

**EXPRESSO** — E como explica o novo agravar da crise?

**JOÃO GOMES** — Para lá de

tudo o que já se disse aqui, pensamos agora que o sr. Belo Marques se integrava no contexto de um programa bem urdido visando a ruína do «República». Foi-se o director comercial falava da diminuição das vendas do jornal e o atribuiu ao que ele chamava os «reflexos de um domínio partidário», como se pode entender que muitos postos de venda aonde o «República» já se encontrava esgotada às cinco ou seis horas da tarde (lembro zonas da linha de Sintra e do Estoril, por exemplo...) não fossem alimentados convenientemente?

Portanto, daqui eu queria sobretudo evidenciar um aspecto que reputo dos mais importantes: a maioria dos jornalistas do «República» consideram que se devem ligar, conjugar, quer na atitude dos redactores que se demitiram de «motu proprio» quer na de Alvaro Belo Marques, que a manobra estava inter ligada e o fim pretendido era o de arruinar o «República», reduzi-lo ao silêncio, conduzindo-o a uma situação de falência para, a partir daí, tentar «conquistá-lo».

Como não conseguiram levar por diante a tentativa através desse esquema — pois o jornal, ao invés, até havia melhorado substancialmente nos últimos dois meses — intentou-se, finalmente, o assalto ao «República» pela via da eliminação das suas figuras hierarquicamente mais representativas, ou seja a própria cabeça do jornal: Raulo Rego e Vitor Diniz. Para além do que viria concretizar a seguir-se...

**EXPRESSO** — Em seu entender, qual a análise à posição de CCT (Comissão Coordenadora de Trabalhadores)?

**JOÃO GOMES** — Em todo este inqualificável processo há uma margem muito grande de inconsciência e de ignorância para lá de uma certa dose de ingenuidade, patenteadas por elementos da referida Comissão. Basta recordar que, num Plenário ocorrido no mês de Abril, os trabalhadores criticaram, com asperza o Belo Marques e o seu adjunto Delmar. E criticaram-nos dizendo não entenderem, eles, trabalhadores, que tendo o sr. Delmar entrado para o «República» para preencher o lugar do Belo Marques, quando este foi ocupar um cargo na Emissora Nacional, aquele se mantivesse como adjunto deste, após o regresso de Belo Marques. Alegavam os trabalhadores que um vencimento a rondar os vintecentos memais pagos ao sr. Delmar lhes parecia incompreensível num jornal cheio de dificuldades económicas e dado ao luso de manter duas pessoas num cargo semelhante, quando era mais que evidente isso não se justificava.

Eis porque me parece derivar uma evidente posição oportunista a atitude de liderança assumida em vários momentos da noite de segunda-feira e madrugada de sexta pelo Delmar. De facto, e no fundo, o que, a meu ver, ele pretendia ao assumir, não sei como, essa atitude de chefia, foi voltar os trabalhadores ao contrário, tomando conta de um terreno donde fora sempre repudiado.

## Não cedemos

**EXPRESSO** — Gostaria agora que nos desse a sua interpretação do evoluir dos acontecimentos a partir de segunda-feira, bem como as repercussões internas e externas, e suas possíveis consequências no agudizar da crise geral portuguesa.

**JOÃO GOMES** — Eu pretendo, antes de me referir a esse aspecto muito concreto — digamos aspecto ligado à evolução do processo — de prender a atenção sobre aquilo que considero a exorbitância da CCT. Creio que não é demais repetir que a CCT foi eleita a 2 de Maio passado tendo como objectivo muito concreto — e são estes sensivelmente os termos da moção aprovada e a partir da qual a Comissão Coordenadora surge — disposto de «plenos poderes» para dialogar com a actual Administração relativamente aos problemas do jornal. Ora de modo algum se pode compreender ou aceitar que uma comissão a quem se atribuem essas funções se permita depois propor uma assembleia de trabalhadores no fim de afastar a direcção do jornal. E, mesmo sem ter chegado a efectivar a R.G.T. é ela, CCT, que conduziu a tentativa de afastamento de uma direcção.

E leva-se a cabo essa manobra após a recolha de 92 assinaturas (pouco mais de 50% do total dos trabalhadores) que sancionariam esta ilegalidade manifesta. Pois convém esclarecer que há trabalhadores que já dizem terem sido perfeitamente induzidos em erro, calado num logro, pois a assinatura aposta em papel branco destinava-se somente a solicitar à Administração que demovesse Belo Marques de se demitir, ao passo que se esclareceria de vez a posição do Delmar. Finalmente essas assinaturas foram aproveitadas para sublevar o afastamento ou a suspensão da Direcção do «República». É claro que ante a Lei de Imprensa em vigor isto é uma ilegalidade, isto é algo de inaceitável a todos os níveis.

No fundo queria-se, à boa maneira infelizmente portuguesa, levar a cabo um pretenso «saneamento». E pensavam os interessados da tramóia que manobrando assim os trabalhadores, portanto pessoas sem malícia, mal informadas, não ouvindo a outra parte, como se afigurava a mais

elementar justiça quando se acusa sem provar, que se inspira, pelo facto consumado, a mudança da Direcção do «República».

**Atacando sem contempelações:**

«Mas o que reduziu na grande derrota do sr. Álvaro Belo Marques, naquilo que não se enganou e quanto se prestaram, consciente ou incoscientemente, ao seu jogo, foi estarem longe de esperar deparar-se-lhes pela frente um grupo de outros trabalhadores — os jornalistas — que se opôs de forma determinada, firme, intransigente, e mais um assalto à informação, como se tem feito, neste país em situações as mais diversas.

Não, não, os jornalistas do «República» nunca o permitiriam. Enfrentámos todo o tipo de provocações. Corremos o risco da agressão física. Mas eles tinham de saber que nós, antifascistas de sempre, com provas dadas na dura luta contra a tirania e a opressão salazarista, jamais perderíamos as boas uma causa justa. E a maneira como os acontecimentos evoluíram no «República» é a prova de que tínhamos razão e de que é preciso que, em Portugal, no «República» ou noutras sítios, se tenha a coragem de «dizer não» a todos os oportunistas, a todas as pseudo formas de saneamento, que mais não são do que a vontade de alistar da informação aquelas pessoas capazes de enfrentar os interessados, os despedaçados, servidores apressados de ideologias e de posições partidárias ditatoriais e monopolistas. Demais a mais quando esses mesmos se dizem serem contrários aos partidários e são os primeiros a quebrarem descaradamente tais promessas.

Quanto às repercussões das ocorrências no estrangeiro João Gomes afirmou ao EXPRESSO:

«A repercussão tem sido extraordinária na maior parte dos países do mundo. Desde a América à África, passando pela Europa e mesmo pelos países chamados do Terceiro Mundo, o «caso República» chocou sensibilidades variadíssimas. E se assim foi isto demonstra que em vários países se começa a ter consciência daquilo que no nosso é a realidade indifereciável de uma determinada forma de controlo dos meios de Comunicação por intermédio de um só partido.

**EXPRESSO** — A solidariedade demonstrada a Raúl Rego denota compunção, por outro lado, que o partido por ele incarnado se rebela contra o que classificou de «assalto à Informação»?

**JOÃO GOMES** — Vejamos: para os jornalistas do «República» seria sempre ponto de honra o não consentir no afastamento de Raúl Rego e de Vítor Direito. Mas se, evidentemente, o Visor Direito é um profissional dos mais competentes do nosso país, dos mais integros, que se dedica até à sua entrada no «República» a defender no «Diário de Lisboa» uma linha de coerência antifascista de todos conhecida e contribuiu, de há três anos a esta parte, para o «reacostumamento» do «República», eu creio que, sobretudo, seria de tremenda inusitada não se pôr na evidência merecida essa figura extraordinária de homem, de lutador e resistente antifascista personificada em Raúl Rego.

E não será nunca um qualquer Belo Marques que pode substituir

uma figura como Raúl Rego. Ou muito mal iria este país. Lembra-se esse senhor de quem é Raúl Rego, um homem preso por várias vezes, agredido na ex-Páde, um homem cujos livros eram ferocemente apreendidos pelos polícias ao serviço da ditadura, um jornalista brilhantíssimo, que sofreu buscas permanentes à sua residência, etc, etc. Não se imagina um homem destes em condições nenhuma. E repito que não é um qualquer Belo Marques que possui autoridade moral ou política, para substituir uma pessoa como Raúl Rego. Isso, a concretizar-se, era evidentemente uma ofensa, um acto grosseiro, que nenhum jornalista digno, do «República», poderia aceitar ou tolerar. Daí a nossa determinação e disposição de enfrentar, mesmo com risco da própria vida, todos os escolhos que viessem sancionar essa imoralidade griaire.

## Rui Montez equivocado

A conversa, longa, com João Gomes, aproximava-se do seu termo. Quisimo-lhe ainda proferir-se sobre a «qualidade» do conflito em causa.

«Pois é fora de dúvidas, desde a eclosão do conflito, que ele pouco ou nada tem a ver com questões de trabalho. Quantos afirmam o contrário sabem que mentem e procuram disfarçar apenas a verdadeira origem do conflito. O caso do «República» é, e só, um problema político. E assim sendo teria de provocar, como provocou, toda esta intensa movimentação de massas que estão conscientes de não poderem aceitar mais uma manipulação de um jornal ao serviço do partido que é perite em tomá-los...

O Governo tem de considerar este problema na perspectiva política que o marca e dar-lhe a única solução aceitável, como a Lei de Imprensa, aliás, prevê.

O «República» não pode ser entregue a quaisquer aventureiros. Tem de ser devolvida aos seus legítimos representantes e com a urgência que a situação impõe. Repór a legalidade no «República». E não só, repõe igualmente a situação de equilíbrio nos jornais onde se verificou a escalada ao poder por banda de um único partido. Como na Rádio, Como na Televisão. O direito do povo português, que vários desses órgãos consomem, deve bastar para lhe fornecer uma informação pluralista, isenta, objectiva.

A terminar:

«O comandante Rui Montez afirmou na terça-feira à Televisão que há pessoas a acusar o seu ministério (Comunicação Social) de influenciar estes jornais. Disse, então, que tinha em mente propor uma mesa redonda na TV durante a qual proferiria que os directores dos jornais acusados são livres e não recebem quaisquer tipos de orientações do MCS. A mim impõe-se-me, numa forma clara, que ver o problema desta maneira é utópico e confusionalista, pois a orientação e a manipulação vêm, sim, dos partidos. Portanto, ao MCS, cabe, ou sim, tomar decisões, concretas, no sentido de repór nos órgãos de Comunicação Social o equilíbrio que foi violado».

Inácio Teigão



## Trabalhadores da "República":

# "Um acumular de insatisfações"

APESAR das insistentes tentativas feitas no sentido de auscultarmos a opinião dos trabalhadores do «República», legitimamente representados pela sua Comissão Coordenadora, os esforços resultaram infrutíferos. Efectivamente, a CCT do «República», entendeu por bem manter silêncio acerca das ocorrências que acabaram por estar na origem directa de uma das mais explosivas crises políticas da vida portuguesa. O comunicado a seguir transcrito na íntegra (e frisemos que é a primeira vez que o EXPRESSO transcreve na totalidade um documento deste género) quebra o silêncio da CCT. E o comunicado explica o «porquê».

## COMUNICADO

«OS TRABALHADORES do jornal «República» quebram hoje o seu silêncio. Entendem seu dever informar o povo português sobre as razões da sua luta, por sentirem que neste país os trabalhadores estão a ser enganados.

Por razões que nos ultrapassam só agora é possível trazer ao público o esclarecimento que vos devemos. E que, efectivamente, no momento em que a luta atingiu o seu auge, forças estranhas aos trabalhadores do «República» desencadearam uma campanha de violência que, não só dificultou as negociações em curso, mas também se prolongou para além do encerramento do jornal.

## QUAL É A LUTA DOS TRABALHADORES DO JORNAL «REPÚBLICA»

A luta dos trabalhadores do jornal «República» é um acumular de insatisfações que vêm desde o «25 de Abril». Desde censura interna, «furos» ao Caderno Revolucionário, pressões no sentido de levar os trabalhadores a apresentar a sua demissão (só jornalistas foram 14); a decisão vertiginosa da sua venda; péssima situação económica; decréscimo substancial de assinantes (2000); protestos dos leitores; não publicação de cartas dos leitores; arbitrariedade na publicação de artigos; e escolhas de colaboradores eventuais; e, sobretudo a descarada e comprometedora feição partidária.

## O QUE QUEREM OS TRABALHADORES DO JORNAL «REPÚBLICA»

Apenas e só que seja cumprido o que entre eles, a Administração e a Direcção ficou acordado:

### 1.º PONTO

- Pronunciar-se sobre todos os assuntos de interesse para a gestão da Empresa, através de diálogo com a Direcção e Administração, diálogo através do qual se deverão avançar sugestões nomeadamente no que se refere a: a) Organização dos vários sectores da Empresa; b) Independência económica; c) Independência partidária do jornal; e ainda análise periódica da gestão da Empresa e dos resultados obtidos.
- Intervenção nos casos cuja gravidade justifique uma tomada imediata de uma decisão, seja por afectar directamente a feitura do jornal, seja por prejudicarem as relações de trabalho ou por não cumprimento de regras determinadas previamente pelos trabalhadores, sem prejuízo efectivo do jornal.
- A Comissão Coordenadora dos trabalhadores reunirá semanalmente. A mesma comissão reunirá mensalmente com a Direcção e Administração. Sempre que qualquer das partes (Direcção, Administração, Comissão Coordenadora) acharem necessária pode ser feita uma reunião extraordinária.

### 2.º PONTO

O jornal não será partidário, no sentido de não reflectir a predominância de um determinado partido nas suas colunas.

Todos os partidos progressistas deverão ter idêntico tratamento, que apenas ficará dependente da importância dos acontecimentos relacionados com os partidos.

A aplicação correcta deste princípio nascerá da análise quotidiana do jornal pela Comissão Coordenadora de Trabalhadores e pelos próprios trabalhadores a quem caberá, portanto, decidir sobre o apertadismo do jornal.

Em resumo: restituir o jornal ao seu legítimo e verdadeiro dono: o povo português.

Os trabalhadores do jornal «República» têm reunido em duras condições de clandestinidade, devido à onida de violência e perseguição contra eles desencadeada. Prova disto é a agressão à camarada da delegação do Porto que, tendo vindo a Lisboa para assistir a um plenário, efectuado com a montagem antecipada de medidas de segurança rodadas do maior sigilo foi selvaticamente agredida na Estação de Santa Apolónia por um indivíduo saído de um grupo partidariamente identificado. Valeu-lhe na circunstância a ajuda dos trabalhadores da C. P.

Os trabalhadores do jornal «República» prometem ao povo português que em breve lhes fornecerão elementos mais pormenorizados sobre a sua luta.

## A Direcção e a Redacção do EXPRESSO a propósito do "caso República"

1. O CASO do jornal «República» (e não só) merece uma atenta análise, pelo que significa em termos de situação actual da imprensa portuguesa.

Deixando de parte os condicionamentos circunstanciais, o primeiro facto que resulta de um caso que constitui uma pedra de toque da liberdade de imprensa, é que os órgãos de informação em Portugal estão a ser, desde há meses, objecto predilecto da ofensiva sistemática dos partidos políticos.

Com o 25 de Abril de 1974 e, depois, o apogamento crescente do controlo dos órgãos de informação pelo capital monopolista, gerou-se também neste sector a cobiça do domínio político por parte de forças partidárias. Não se tratou de uma actuação isolada ou ocasional. A informação, tal como as estruturas da administração pública central e local, ou as estruturas sindicais, constitui (e constitui) uma alavanca importante para a instrumentalização da opinião pública ao serviço de facções, mais ou menos numerosas, com vocação à liderança política.

Este processo, que se foi alargando sucessivamente à televisão, à rádio e aos jornais, não parou com as eleições de há um mês. Pode mesmo dizer-se que se acentuou.

As manipulações partidárias — integradas numa escalada para o poder político ou inseridas numa avidéz de recolha de dividendos eleitorais — transformaram os órgãos de informação ditos não partidários em campos de luta política, onde muito pouco tende a valer o cumprimento de uma função social (e revolucionária) que é o exercício da liberdade de imprensa.

Inaciáveis, os partidos políticos, através do zelo de alguns dos seus militantes trabalhadores da informação, parecem só admitir como liberdade de expressão de pensamento a sua ou dos seus aderentes, já que tudo o mais representa comportamento antidemocrático, divisionista ou até contra-revolucionário.

2. A segunda ilacção retirada do caso da «República» é a de que parece pouco assente, neste País, agora, que a Lei de Imprensa, a exemplo de outros diplomas legais, veio a ser posta em causa por situações que a ultrapassaram.

Na realidade, a própria dinâmica de qualquer processo revolucionário usa transcender os quadros legais que por ele vão sendo gerados.

Mas, num sector de tamanha responsabilidade social como o da informação, o que se tem visto, frequentemente, não é a negação da legalidade revolucionária por virtude dos avanços da própria revolução, mas sim ao sabor dos jogos estratégicos dos partidos políticos.

3. Um outro ponto a notar é o de que as estruturas organizativas dos jornais não partidários não devem transformar-se em meios de estrangulamento da liberdade de escrita de todos, mas todos os redactores e colaboradores. Conselhos de Redacção, em que pese maioritariamente a influência de jornalistas aderentes ou simpatizantes de um só partido, e que tendam a praticar formas, emboas sutis, de censura interna não servem o objectivo de uma imprensa verdadeiramente livre, ao serviço das classes trabalhadoras.

Num jornal livre não há (não pode haver), discriminações fundadas na posição partidária dos membros do seu corpo redactorial.

Todas as modalidades de censura interna, venham elas da Direcção, do Conselho de Redacção ou de outros trabalhadores não jornalistas constituem violações manifestas da liberdade de expressão do pensamento.

A experiência de comités alargados da redacção, bem como a institucionalização sem ambiguidades das formas de intervenção dos trabalhadores não jornalistas na definição das linhas orientadoras dos jornais são caminhos necessários pelos quais passa a garantia da liberdade efectiva de imprensa.

4. Dito isto, logo se verá que no caso «República» não há uma verdade, há várias verdades. Há a verdade da lei que diz que o comportamento das comissões de trabalhadores relativamente à direcção e à redacção é manifestamente ilegal. Mas há também a verdade dos factos que diz que o corpo redaccional daquele jornal se vinha transformando creacientemente em homogéneo porta-voz de um partido político.

Há a verdade política evidente de que a partidos, como o PCP, não interessava a função desempenhada pela «República».

Mas há, ao mesmo tempo, essa outra verdade política que é a de um jornal considerado independente reflectir a influência dominante do PS.

Por outro lado, o caso «República», em larga medida, é como que o contraponto de tantos outros casos, não polémicos mas graves, da imprensa portuguesa.

Casos graves já que de jornais economicamente controlados pelo Estado se trata (e não só de iniciativa particular).

Com o pagamento dos contribuintes, florescem nesses jornais cliques partidários, surgem designados (como? com que critério?) responsáveis pela direcção e pela chefia da redacção que assumem clara posição unilateral, coarctam-se a capacidade crítica do poder constituído, e sobretudo de algumas forças dentro dele.

Uma arguissíma percentagem da imprensa portuguesa passa assim ao estatuto de correia de transmissão ociosa das directivas das centrais do poder do Estado ou das sedes de partidos políticos.

Que revolução se pode alimentar, dialeticamente, desse amorismo provinciano, desse oportunismo ocioso, dessa monotonia estéril?

5. E o EXPRESSO? — perguntarão muitos leitores — uns convencidos de que a «nostra hora» está próxima, outros desejosos de apreciar a resposta que damos aos condicionismos que nos rodeiam.

O EXPRESSO, nesta fase do processo político quer continuar a não ser controlado pelo Estado, para poder ser crítico quanto às actividades (e aos bastidores) do aparelho estadual.

O EXPRESSO quer continuar a dizer não a censuras internas, a manipulações partidárias, vindas de fora ou suscitadas de dentro.

Talvez o PS não tenha apreciado a análise da semana passada. Talvez o PPD conteste os comentários críticos desta semana. Talvez o PCP veja na nossa independência anticomunismo. Talvez o MFA (ou algum dentro dele) nos acuse, com facilidade, de divisionismo...

Desde 6 de Janeiro de 1973 suportámos a dureza da censura fascista.

Suportámos, sem hesitações, as veleidades dos controlos partidários. E, como é sabido, suportamos actualmente os ataques dos mais diversos sectores.

Venham as pressões externas directamente do poder governativo, ou indirectamente sob a letra não descontada da banca nacionalizada, sob as curvas insinuantes dirigidas à Direcção, ou os propósitos do alinhamento partidário — elas não passarão...

## Intersindical responde ao EXPRESSO

A INTERSINDICAL fez chegar à nossa redacção no passado dia 15, embora com data de 12, uma nota em que pretende responder ao artigo que publicámos no penúltimo número do EXPRESSO sobre o recente surto grevista, nota essa que, entretanto, foi publicada integralmente pelo «República».

A Intersindical invoca o direito de resposta para justificar a inclusão da sua nota «com igual destaque da notícia que a provocou». Precisamente para respeitarmos o desta que pretendido pela Intersindical — e face à abundância de material noticioso que a actualidade nacional desta semana nos obrigou a incluir —, além de podermos responder, com a necessária extensão, à referida nota, procederemos à sua publicação no próximo número.

DE HÁ umas semanas a esta parte têm-nos chegado cartas (muitas) e artigos (alguns) sobre a ideologia expandida por Eduardo PC em muitas e longas colunas do D.N. a propósito do EXPRESSO.

De costas a todos os textos recebidos, há uma discordância com Prado Coelho, as razões e argumentos aduzidos são, no entanto, variadas e deles trataremos ir dando conta, na medida do (espaço) possível ao longo de alguns números. Se uma argumentação emocionalmente (porque assim o EXPRESSO é), logo quem o ataca é mais, outros atacam o que pretam ser a inconsistência de ataques de PC. E atacam-no no seu próprio campo, utilizando o seu próprio sistema de referências culturais.

É o caso do presente artigo que FERNANDO BELO tomou a iniciativa de nos enviar, não, como ele diz, para defender o EXPRESSO ou a sua director (só sobretudo, pelo menos) mas para achar que e no discurso de PC havia um certo-certo lógico que era preciso denunciar.

Eduardo PC, ou porque era mais do que percebeu ou porque obedecia mais do que pensa, terá prestado um mau serviço a si próprio, como candidato a-Bartles-português que tem sido.

Talvez não — ainda de críticas dos nossos leitores, como esta que publicamos — lhe ceteramos a prestar um bom serviço a si, podendo de sobrevívios passar os quilómetros de colunas em branco que o D.N. (entre outros) certamente terá para lhe oferecer.

# A ideologia do impresso

Fernando Belo

**MAIS** do que defender o EXPRESSO, o que me interessa é debater sobre impresso a importância que tem, sobre a sua função no processo revolucionário, concretamente na ou necessária relação à Ideologia. O que impressiona na longa análise-ataque que Eduardo Prado Coelho deu-me recentemente ao EXPRESSO, é que essa questão política do debate nunca tenha sido equacionada mas desde como sempre se considerou, como uma não-questão. Abordada ideologicamente, portanto: a problemática da ideologia do EXPRESSO diz respeito e incide a problemática da ideologia da imprensa, que funda aqui.

Em que consiste a problemática teórica de uma imprensa? (Trabalhando efectivamente na imprensa, numa espécie de imprensa, esta problemática dá-me respeito também em profissional).

1) Um jornal é sobretudo

um instrumento de produção ideológica? Especificamente, um meio de comunicação ou um meio de poder (ou contra-poder) ideológico?

2) Ao falar-se dum jornal, colação de notícias, comentários, análises, editoriais, agenda, etc., pode-se falar dum texto (ideológico)? Com que instrumentos de análise, simplesmente linguísticos, ou estruturais, ou relacionais (ao sentido de estruturas jornalísticas)?

3) Qual a sua relação à problemática política-ideológica, na qual o jornal opera? Qual a especificidade, em termos de materialismo / idealismo, dum jornal na luta ideológica de classes?

4) Qual a relação de jornal à luta económica, política, ideológica, nos aspectos de poder e contra-poder empurradas na complexa luta de classes de formação social em que o jornal (re)produz ideologia?

5) Em as questões que partilho — que vai aqui.

## Jornal: produção e poder ideológicos

Dito de lado e que diz respeito à análise e à descrição, ao livro e à crítica, ao cinema e ao disco, todos estes impressos públicos (veja mais-está) e concepitivos dum abrangido conhecimento é que vos tentar aqui.

Um jornal é um instrumento que produz e reproduz performance, em modos determinadas, um complexo escrito (textos, imagens, fotografias, gráficas diversas, com possibilidades muito variadas de assunto gráfico que funciona sobto dumas problemáticas ideológicas determinadas, complexas também. É um aparelho de produção ideológica. Enquanto tal define um centro de poder ideológico que opera no movimento do jornal em sua leitura, embo que mesmo nessa luta ideológica mais geral. Aquilo não se desmaterializa, mas se materializa de EPC. Mas o jornal pode ser produzido de tal ma-

neira que antes se situem no mesmo campo de luta de classes (exemplo extremo: um jornal de pouca audição, destinado a cientistas ou a militantes dum grupo) ou não (exemplo extremo: um jornal feito de língua popular).

Como é o EXPRESSO? Não é certamente um jornal popular, no sentido corrente da palavra: a grande maioria do povo português não o sabe ler e não o vê. É antes um jornal relativamente selecto, para uma categoria de leitores cultos (no sentido largo da palavra), e portanto mais politizados que a grande maioria da população portuguesa. Deputa à não pertinência de quem todo o primeiro artigo de EPC sobre a não politização de milhões de leitores do EXPRESSO. Politizados é dirá-lo ou à esquerda? Haverá dos dois, provavelmente. Mas é importante sublinhar que a contradição existencial / histórico do EXPRESSO é provavelmente secundária (sobretudo de burguesas, como EPC ou eu) em compari-

ção com outros jornais, ou rádio e TV. Por outro lado, é certamente um centro de poder ideologicamente importante: isso justifica o debate de que é alvo.

## Como saber se UM jornal tem UMA ideologia?

Existe a ideologia do EXPRESSO, tal que lhe seja própria e o distinga de todos os outros jornais, por um lado, e que marque todo o que for lá escrito, por contraditórios que sejam os elementos, por outro? É evidente que afirmá-lo é o objectivo de EPC.

Não digo que tudo seja incorrecto nas suas análises. Não fui reter os dois artigos criticados no n.º 5. Admita-se que no da Helena Vaz da Silva a oposição partidário / independência é valorizada ideologicamente como EPC pretende e que a conclusão citada torna presumível. Há direito de entender isso a todo o EXPRESSO quando se conhecem os vínculos partidários das cúpulas do jornal e de alguns MRPP que lá andam? Essa mesma oposição não tem sido usada semelhante-mente por elementos importantes do MFA, vivivelmente agitados com as querências partidárias? Vai-se concluir que o EXPRESSO tem a ideologia do MFA?

Trata-se duma questão metodológica. Se EPC quer analisar a ideologia do EXPRESSO que se apresenta manifestamente como contraditória, não pode tratar o jornal como se de um único artigo se tratasse (contraditório embora). Deveria antes analisar os códigos jornalísticos: as funções das várias colunas enquadradas («24 horas em notícia», na 1.ª página, «Semana Nacional», na 2.ª, etc.), os editoriais, a mancha-sumário, o 2.º caderno, a publicidade em geito

de roda-pé, a estratégia dos títulos, e assim de seguida. Isso exigiria maior minúcia a EPC, talvez também desse melhores resultados do que a sensacional conclusão do 2.º artigo: «o discurso do Expresso é feito em nome da social-democracia», esta é o «nome inter-ditos». Aqui apetece gozar. Os leitores despolitizados do EXPRESSO não sabem que o director e subdirector são elementos preponderantes do aparelho do P.F.D. O raciocínio que permite tão brilhante conclusão «teórica», salva qualquer suanice, é válido para qualquer outro jornal que selecione e hierarquize as notícias, as interpreta e faz tudo isso por critérios ideológicos, em relação com um Outro do seu discurso (e nem sempre tão inconscientemente como EPC parece julgar). Poder nomear esse Outro exige analisar com um mínimo, de vagar a estrutura do jornal enquanto tal (da mesma maneira que há uma análise estrutural da narrativa, por exemplo), e não como um qualquer discurso. Nenhum jornal se reduz aos seus artigos ou editoriais. Está aí uma das subtilidades de Balzac. O efeito político que existe do EXPRESSO não é o do «órgão partidário» mas, pelo contrário, o dum jornal com uma certa qualidade onde por vezes o seu próprio partido é bastante castigado. Que um dirigente do PPD seja capaz disso mostra que o homem é inteligente e assim faz propaganda ao partido. O jogo parece-me hábil e acrescento que a única coisa que me chateia na prensa que estou fazendo é contribuir indirectamente para essa propaganda.

Donde vem a falha metodológica de EPC? Salva melhor explicação, vem de tratar o EXPRESSO como «um qualquer processo de comunicação» (artigo 3 com as referências à mensagem, referente, destinatário e destinatário, de origem

greimasiana): ignora o processo produtivo específico dum jornal. Herda do idealismo do Greimas da «Semântica Estrutural».

## Análise e ideologia

Como tentar pôr a questão da relação da produção dum jornal com a problemática político-ideológica da formação social em que este se «publica»? Qual a especificidade, em termos de materialismo / idealismo, dum jornal na luta ideológica de classes?

O altruíssimo (-badiouismo) de EPC, leva-o a identificar como ideológico todo o «não-científico» (ou «não-estético»). Mais do que opor ciência / ideologia (aliás EPC mete a Ciência na lista dos «Outros» da ideologia), creio que será pertinente a ideologia opor a análise (ou leitura), no sentido do célebre aforismo de Lenin: «análise concreta da situação concreta». A «ciência» será «análise», mas esta não se esgota naquela, e isso é fundamental num debate sobre a ideologia dum jornal. Este não é um produto científico, enquanto tal, mas daí não se segue que ele seja pura ideologia, irremediavelmente.

É aqui que a questão da «informação» e da «interpretação» se põe em termos materialistas, em relação com o problema da luta ideológica, enquanto elas são resultado «duma leitura do processo histórico» (como EPC indica de passagem, mas sem que isso interfira na sua crítica).

É o momento para mim de tomar aqui distância em relação a muito do que se escreve no EXPRESSO.

É claro a meus olhos que nem o director nem os subdirectores são marxistas nas suas análises, e a dizer verdade quase nenhum dos jornalistas. Mas acrescento já: nesse aspecto não são piores

do que a esmagadora maioria dos jornalistas portugueses. E chegamos a um ponto nevralgico da questão: é que o que mais se consegue neste País, penso eu, é, de vez em quando, aqui ou ali, um bom texto de análise. Evidentemente que há muito «marxismo», muitos chavões, e não só na literatura dita de extrema-esquerda. Mas trata-se ali de idealismo, maneiras de não analisar a situação portuguesa, de ideologizar o marxismo.

Ora a questão fundamental dum problemática teórica do impresso, em Portugal, é justamente a da luta da análise contra a ideologia que a impede e reprime. Se o nosso processo emperra por vezes, isso em parte deve-se à fraqueza do debate teórico sobre ele (não me pretendo mais do que os outros, obviamente: é um problema colectivo, não individual, e não me tenho por analisador político de primeira mão).

Dito isto, avanço um «testemunho» de leitor do EXPRESSO (só lá publiquei 3 ou 4 vezes), a que deixo voluntariamente um carácter «impressionista». Não leio todos os jornais ou revistas que se publicam entre nós, longe disso; limito-me a acompanhar honestamente. O EXPRESSO é o único jornal ou revista que leio todas as semanas com a garantia de que vou ter informação e interpretação de certa qualidade, ao nível da obra política manifestada, se se pode dizer. Sem ir até uma análise rigorosa que relacione essa informação com a problemática política de fundo do nosso processo (mas ainda estou à espera de quem equacione esta com rigor).

Ora EPC, a situação tanta, usa um estranho argumento contra a qualidade de informação do EXPRESSO: ele informa também as classes dominantes! É assim a modos como se o jornal de parede dum fábrica não devesse publicar a lista dos salários de toda a gente que se trabalha para o patrão não saber! Quando as classes dominantes do capitalismo português estiverem tão incapazes de colher as informações de que necessitam para as suas estratégias reaccionárias que só o EXPRESSO lhes vai então já não serão classes dominantes! A entrevista do Spínola foi uma informação preciosa para os Melos e os Champalimaud!

É óbvio que os não-informados por uma censura como a que EPC propõe (sem sequer propor critérios para ela) são aqueles que andam mais afastados dos centros de poder e das lutas que em redor deles se travam. Equivale a considerar como ex-

lente coisa revolucionária o esotericismo de que o nosso processo padece. Tudo o que é oculto deve ser publicado? Em princípio sim, e todas as excepções devem ser justificadas publicamente (exemplo: segredos militares), sem o que estamos na pior cegueira de todas, indefinida e positivamente valorizada. Como é possível, nestas condições, a análise concreta das situações concretas? E a vigilância popular? Sobre si mesmo, convinha que o MFA definisse claramente o jogo de liberdade da imprensa.

A este nível de argumentação, o artigo 4 de EPC é edificante. O que conclui sobre a negação (porque não terá citado Freud em vez do filósofo idealista S.

Anaximó?) levava logicamente a fechar todos os jornais e a distribuir um boletim de agências «com todos os dados certos e afirmativos do dia. O EXPRESSO «promoveu» Spínola? Pode-se defender a tese contrária: tornando público o que se tramava na sombra, anulou o efeito de surpresa, despertou a vigilância popular, e sabe-se a importância desta no 11 de Março. «Viveiro de boatos?» Nuova sociedade «secretista» e em «consciência» «armista» como é a libeosa, o impresso deve incluir o boato, criou. Com cautela, é certo, Mas calá-lo sistematicamente será mais correcto?

Focussat e Delmas vêm em socorro de EPC para provarrem que Spínola era coisa diferente em Agosto e em Setembro. Onde situar a diferença? No discurso de 10 de Setembro apelando para a «maioria silenciosa»? É possível que date desse momento a alteração da estratégia do P.C. que até aí jogou na cartada Spínola (e isso foi reformismo) e deixou de a jogar porque Spínola não aceitou o jogo. Penso que essa alteração de estratégia do P.C.P. foi elemento determinante de todo o processo subsequente. Foi aí que o P.C. deixou de ser reformista, no sentido «electoralista» da palavra. Penso que a essa alteração estratégica se devem as «nacionalizações» de Março, que no final do ano começaram a ser reclamadas em assembleias de bancários e seguradores. Penso que nesse ponto decisivo não se pode acusar o P.C. de «seguidismo» do MFA. Mas pretender que em Agosto denunciou Spínola era contrarrevolucionário e em Setembro já não, é pretender que só o P.C. (e o MFA) sabem analisar no momento próprio, que os jornalistas (ou outros) não podem ler as determinações

que se vão inscrevendo nas práticas políticas. Ou seja, é negar precisamente o grande mérito do EXPRESSO, que nesse Verão de 74 quer nos dois meses seguintes de Janeiro a Março.

Uma análise comparada do EXPRESSO com qualquer outro órgão de imprensa nessa semana crucial pode ser feita com rigor estatístico, até.

Mas um a fazer anticomunismo, dirá EPC. Naquele início de Setembro escrevia eu em livro (publicado 3 meses após) o critério sobre o anticomunismo que EPC insere no seu primeiro artigo<sup>(1)</sup>. Ainda o PC era reformista e já eu pensava que sem ele não se passaria ao socialismo.

Análise e ideologia, eis a luta ideológica incerta, sobre a narrativa política que se faz quotidianamente, em que estão empenhados os impressos da nossa época. A maioria dos jornalistas «marxistas» substituem a análise concreta por chavões como Revolução, Povo, MFA, Democracia, Socialismo, etc., os tais «mitos» a que se refere Bettelheim na citação de EPC. Não será eu quem «desvalorizara» o termo, de modo: essas chavões têm uma função preciosa de estimulantes ideológicos, é vê-los a funcionar nos discursos de Vasco Gonçalves, por exemplo. Mas impedem a análise, e esta é extremamente necessária.

O EXPRESSO cumpre uma função importante, não sem erros nem bravatas, mas melhor do que outros: informação e análise, não marxistas embora.

## Impressos e luta de classes

Serei muito breve aqui. Como relacionar a prática especifica dum jornal com as forças políticas concretas, com as lutas de classe? Não creio que seja como procede EPC, que reduz as ideologias que jogam no EXPRESSO a uma ideologia. Depois, é fácil o jogo. O processo português sem apenas duas alternativas, a social-democracia e o P.C. (mais MFA): é evidente que EPC está dum lado (o da Revolução) e o EXPRESSO do outro (o bon entender...). Ao fazer isto, EPC é «mitante do P.C.» (com pieno direito, é bem de ver). Há dois EPC que se cruzam. O estruturalista universitário, que aparenta dominar o discurso que há uma dezena de anos estava à moda em Paris. Discurso que se caracteriza (como o lugar do psicanalista: sabe EPC que Lacan

definia: este como o lugar do morto) por funcionar de mazzina a não mostrar fendas, a não ser posto em questão, como se não tivesse referência a Outro; que não é ideologia, pelo que, que é discurso sobre a ideologia dos outros. Hei-de dizer que este EPC publicou há dias no «Diário de Notícias» um texto sobre Arte e Revolução que muito apreciei, ao qual em primeira leitura não teria reparos a fazer. Um comunista a bater-se pela diferença, com coragem e com tacto, nós precisamos disso. Mas porquê o EXPRESSO não é diferente dessa diferença? Por via do outro EPC, que tem um Outro, e é P.C. Os instrumentos de análise que EPC utiliza também servem para os seus discursos, a essa cautela que todo estruturalista avisado não deixa de ter.

O.R.A. se me parece certo que o P.P.D. e o P.S. são em Portugal, actualmente, o campo político privilegiado da intervenção do imperialismo ocidental (económico, político, ideológico); que a dita extrema-esquerda funciona num idealismo dogmático que é marginalista e facilita o jogo da reacção; que o P.C. é um elemento fundamental na transição para o socialismo; recusou-me no entanto a limitar a análise política a este esquema simplista, apelidado de MRPPD. Há mais coisas em Portugal. Há campo aberto para um socialismo revolucionário, que focuna as lutas concretas dos proletariados e camponeses, que seja de aliados críticos do MFA como do P.C.P. Nesse campo, um impresso que contribua para a análise concreta do processo português tem um lugar em aberto. Infelizmente, parte do EXPRESSO é o que, me parece, mais se aproxima disso. Infelizmente.

Fernando Belo

N. B. — Esta parte final é frustrante para o leitor, provavelmente, como o foi para mim. Haveria que ser mais explícito, mas isto já vai longo em jornal. O EXPRESSO é em primeira instância, portanto, um órgão de son, e EPC. Mas não dá burguesia dominante até 11 de Março, quipá talvez ainda agora. Da «outra» burguesia, que está substituindo aquela. Quem vier fazer a teoria desta nova burguesia e das suas alianças com proletariados, camponeses, pequenas burguesias, classes burocráticas? Quem fez / faz uma análise de classes do actual processo português?

Nota

(1) Uma leitura política de Evangelho, de Multinova, p. 132

## Medidas de austeridade a enquadrar no Plano

O "PROGRAMA de transição para o Socialismo" da responsabilidade do Ministério do Planeamento e Coordenação Económica, engloba as principais tarefas que se julga necessárias para "segurar" a fase de transição que se atravessa, pondo o acento idêntico nas medidas de índole económica.

Nestas medidas, referem-se as estratégias do Desenvolvimento Económico (documento transcrito nas pág. 14 e 15) a configuração do Sistema Económico (documento referido no PAP e concluído há mais de um mês), e a Política de Austeridade.

Sobre a política de austeridade, cuja necessidade de definição e execução é julgada inadiável, apontam-se como principais domínios sobre os quais as medidas irão incidir, os seguintes:

### a) Política de Rendimentos

Esta política visa principalmente o congelamento e a redução de salários. Assim, prevê-se o congelamento da negociação dos CCT até ao fim de 1975, as reduções sempre que considerado necessário nos salários em empresas onde o Estado tenha interesse, e a redução do salário máximo nacional.

As medidas sobre outros rendimentos que não os salariais, limitarão a distribuição de lucros e agravarão o imposto complementar (ver notícia pág. 13), e o imposto sobre sucessões e doações.

### b) Restrição ao consumo de bens não essenciais

Prevê e entre outros o agravamento dos impostos sobre os bens superfluos, a limitação de vendas a prestações e a tributação agravada sobre manifestações de ostentação como lates, residências secundárias etc.

### c) Poupança de energia

Estas medidas englobam entre outras: limitação horária para iluminação e determinados espectáculos; proibição de circulação aos fins-de-semana de viaturas tipo "sport" e motos de grande cilindrada; elevação dos preços das gavalinas e do fuel-óleo.

### d) Austeridade na Função Pública e nas Empresas Públicas e Nacionalizadas.

Para além da redução dos vencimentos dos membros do Governo e militares de alta patente, preconizam-se outras medidas tais como: redução nas despesas de deslocação ao estrangeiro; centralização progressiva das compras do sector público e sua canalização para a produção nacional; austeridade no uso de viaturas públicas.

### e) Campanha de Poupança dos Bens Importados e de Orientação dos Consumos.

### f) Institucionalização de Processos Expeditos de Punição de Delitos Económicos.

### g) Fomento e Mobilização da Poupança

As medidas que nesta rubrica se anunciam vão desde a criação de novos títulos do Tesouro, até ao desbloqueamento do encerramento canalizando-o para a habitação.

### h) Medidas "Moralizadoras"

Estas medidas respeitam entre outras a: Recuperação de segundos moradias de luxo para férias de trabalhadores, e de palácios para fins sociais; ajustamento das rendas de habitação especulativas às possibilidades reais dos agregados familiares.

## Plano económico de transição

Desenha-se assim embora em traços ainda pouco precisos, o que virá a ser o Plano Económico de Transição para os anos de 1976 a 1978.

Para a preparação do PET estão previstas três fases:

A primeira, até fins deste mês to que já não parece viável, definirá as linhas gerais da política económica em termos qualitativos e quantitativos, estando neste sentido a ser feito neste momento pelo Secretariado Técnico do Planeamento, a inventariação de todos os recursos, ideias e projectos de investimentos existentes no país. A segunda fase, a terminar em Novembro, conterá a proposta propriamente dita do Plano. A terceira, a concluir até ao fim deste ano, prevê a aprovação da referida proposta do Plano, para além de um programa devidamente pormenorizado e quantificado para o ano de 1976.